

# MPPE em foco.



Ministério Público de Pernambuco  
COMPROMISSO COM A CIDADANIA

ANO VIII – Nº 36  
Recife, janeiro / julho de 2018



## Segurança pública

Conheça os principais projetos  
capitaneados pelo MPPE

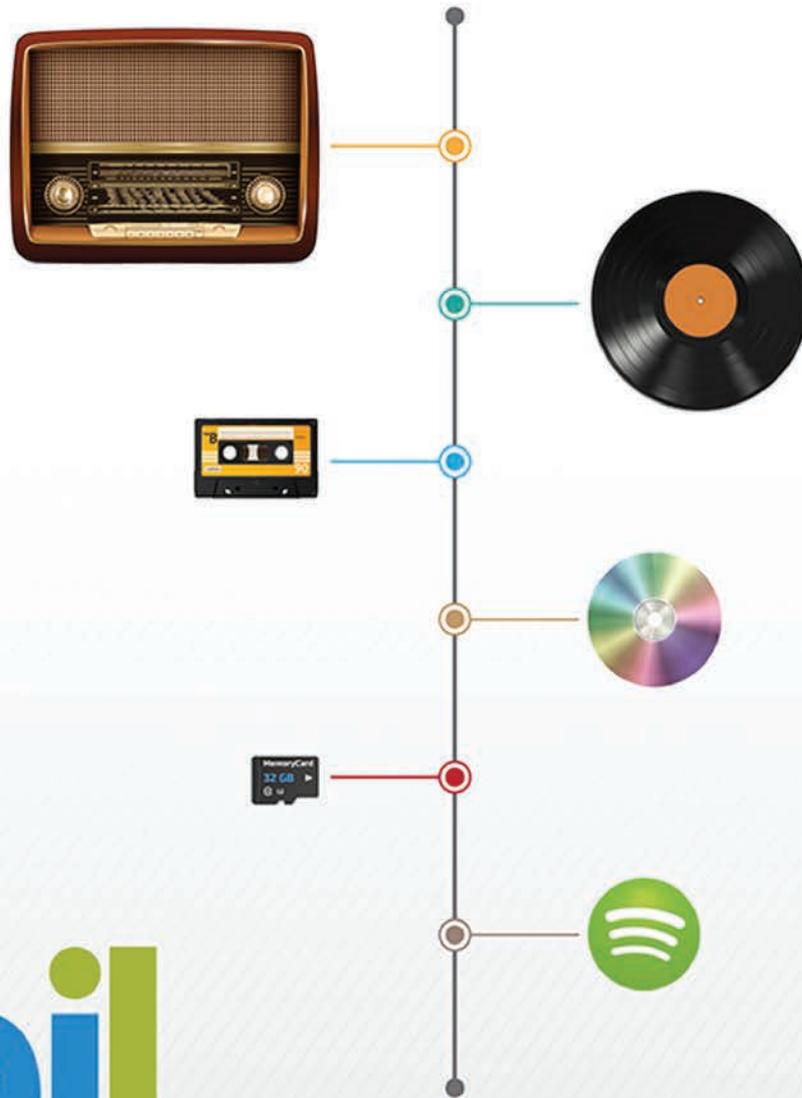


Foto: SXC.hu

- >> MPPE é o primeiro mais transparente do País segundo ranking do CNMP
- >> Investimento em tecnologia para desbaratar quadrilhas e crime organizado
- >> Planejamento estratégico traz novas diretrizes para os próximos seis anos
- >> Normativa da Assessoria de Comunicação consolida diretrizes para a área
- >> Diretrizes para atuação dos promotores eleitorais são firmadas em portaria conjunta

Não-persecução penal é instrumento  
inovador na Justiça. Pág.13

# VOCÊ SABE O QUE É EVOLUÇÃO?



# sei!

A história nos mostra que a evolução surgiu para aperfeiçoar nossas tarefas cotidianas e proporcionar mais facilidade e simplicidade para nossa vida. E ela está chegando ao Ministério Público de Pernambuco. O SEI (Sistema Eletrônico de Informações) é uma plataforma digital que promove a eficiência dos processos e documentos internos da instituição, e começará a ser utilizada no MPPE em abril. Esqueça o papel, ele é coisa do passado. Acesse o Portal do SEI e acompanhe o processo de implantação aqui na nossa instituição.

### **MPPE em notas**

Conheças as principais notícias do MPPE como o SEII, a parceria com a CGM-Recife, entre outros assuntos. **5**

### **Transparência**

A partir do esforço dos gestores, MPPE alcança a primeira posição no ranking de transparência do CNMP. **8**

### **Vitalicamento**

Vinte promotores de Justiça tomaram posse após a conclusão do curso de formação para a defesa da cidadania. **9**

### **Segurança Pública**

MPPE lança esforço no sentido de promover a segurança pública em todo o Estado. **10**

### **Tecnologia**

MPPE investe forte na aquisição e desenvolvimento de novas tecnologias para debaratar o crime organizado. **15**

### **Primeiros passos**

Projeto articula a ação dos promotores de Justiça que atuam na área da educação, junto aos poderes Executivo e Legislativo. **20**

### **Comunicação**

Normativo sobre comunicação organizacional traz novas diretrizes para a atuação da Assessoria de Comunicação do MPPE. **21**

### **Planejamento**

MPPE faz balanço da atuação nos últimos seis anos e planeja ações a serem executados no planejamento de 2018-2023. **22**

### **São João**

Com o objetivo de disciplinar a organização e a segurança durante o período junino, o MPPE firmou TACs com as prefeituras. **26**

### **Greve dos caminhoneiros**

Com o Gabinete de Acompanhamento de Crise (GAC), MPPE teve atuação determinante durante a greve. **29**

### **Combate a corrupção e a sonegação**

MPPE conversa com crianças e adolescentes explicando como a corrupção e a sonegação influenciam o nosso cotidiano. **31**

### **Justiça comunitária**

Justiça Comunitária apoia cidadão na resolução de problemas de pequeno porte entre pessoas da mesma comunidade. **33**

### **Operação Gênese**

Conjunto de investigações, apreensões e prisões desbaratou várias ações de corrupção em municípios do interior do Estado. **35**

### **Ratatouille**

Ação do MPPE resultou na prisão ex-prefeito e ex-secretário municipal acusados de liderar organização criminoso. **37**

### **Encontro nacional**

MPPE sediou a quinta edição do Encontro Nacional do Ministério Público, que discutiu os principais rumos do MP brasileiro. **39**

### **Segurança Institucional**

MPPE estabelece nova estrutura para a gestão estratégica da segurança institucional da organização. **41**

### **Inovação**

Investimento em tecnologia transforma ambiente institucional e incentiva mais resolutividade nas entregas à sociedade. **43**

### **Eleições 2018**

Parceria com o Ministério Público Federal, tem o objetivo de disciplinar a participação dos promotores eleitorais durante o pleito deste ano. **45**



Foto: AMCS



Foto: AMCS

**Garantir o direito dos consumidores é assunto de primeira ordem na atuação do MPPE. 20**

**Voto nulo e a consciência da cidadania são tema de artigo nesta edição da revista. 45**

## Mais paz na cidade é preciso

A sensação de insegurança é constante no cotidiano do pernambucano. E o Ministério Público de Pernambuco não poderia se eximir da responsabilidade de buscar alternativas para que o grave problema seja, ao menos, minimizado. Com o Projeto Cidade Pacífica, os governos municipais têm a chance de garantir aos cidadãos uma maior proteção e menos perigo de circular pelas ruas.

As prefeituras podem escolher, no projeto, medidas distribuídas em nove eixos temáticos. São eles: Guarda municipal pacificadora; Segurança nos estabelecimentos comerciais/bancários; Esporte pacificador/Cultura/Lazer; Mesa municipal de segurança; Proteção integrada pacificando escolas; Empresas solidárias; Transporte pacificador; Iluminação pacificadora; e Pacificando Bares e similares (operação Bar Seguro).

O projeto é levado a diversas cidades do interior e o objetivo é criar um grande debate, envolvendo a sociedade civil e demais atores públicos sobre segurança pública. Os prefeitos recebem metas para aplicarem soluções simples que irão impactar significativamente a segurança local.

Se os municípios que atingirem as metas, recebem do MPPE uma certificação que gera, além das conquistas no combate à criminalidade, a possibilidade de obter recursos públicos e privados para investimentos na qualidade de vida dos cidadãos. A certificação funciona para se atestar a realização de medidas efetivas de combate à criminalidade.

A todos, uma boa leitura!

## Expediente

---

Ministério Público de Pernambuco – Procurador-geral de Justiça Francisco Dirceu Barros | Subprocuradora-geral em Assuntos Institucionais Laís Teixeira Coelho Cavalcanti | Subprocuradora-geral em Assuntos Administrativos Maria Helena da Fonte Carvalho | Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos Clênio Valença Avelino de Andrade | Corregedor-geral Paulo Roberto Lapenda Figueirôa | Corregedor-geral substituto Renato da Silva Filho | Ouvidor-geral Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti | Secretário-geral Alexandre Augusto Bezerra | Secretário-geral adjunto Gustavo Lima | Chefe de gabinete Paulo Augusto de Freitas Oliveira | Assessora Ministerial de Comunicação Social Evângela Andrade | Jornalistas Bruno Bastos, Miguel Rios, Rafael Sabóia, Fernando de Albuquerque e Isabella Padilha | Publicidade Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado | Estagiários Dayanne Dias (Jornalismo), Marina Gomes e Rodrigo Paiva (Publicidade) | Apoio Administrativo Ladjane Aleixo e Marlí Cruz | Fotógrafo Ivson Henrique | REVISTA MPPE - Edição Assessoria Ministerial de Comunicação Social (AMCS) | Projeto gráfico Leonardo MR Dourado | Diagramação Aluísio Ricardo | Fotos Assessoria MPPE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, n.º 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antônio, Recife, PE – CEP: 50.010-240 – Fones: (81) 3303.1259 / 1270 / 1279 – Fonefax: (81) 3303.1260 – E-mail: imprensa@mppe.mp.br – www.mppe.mp.br – www.twitter.com/mppe\_noticias

Foto: AMCS



## Combate ao racismo e ao preconceito religioso

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) deu mais um passo em defesa da liberdade de culto e no combate ao racismo institucional com a assinatura de recomendação conjunta do procurador-geral de Justiça e do corregedor-geral da Instituição. O documento orienta os promotores e procuradores de Justiça sobre boas práticas que podem ser adotadas em defesa do Estado laico e em resposta aos atos discriminatórios praticados contra as religiões de matriz africana. Conforme o texto, deve-se considerar o método da ponderação dos bens jurídicos ao apreciar eventuais queixas contra práticas litúrgicas, em especial aquelas das religiões de matriz africana. O uso de instrumentos percussivos e canto é um elemento central nas manifestações religiosas dos povos de terreiros e a própria legislação exclui o uso dos instrumentos litúrgicos do rol de causadores de poluição sonora. Além de buscar promover a reflexão por parte dos membros do MPPE e sugerir a adoção de soluções dialogadas, o texto também orienta os integrantes do Ministério Público a desenvolver ações preventivas a fim de garantir o exercício da liberdade religiosa.

## Acordo de cooperação técnica com a Prefeitura do Recife

Foto: AMCS



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) firmou convênio com a Controladoria-Geral do Município do Recife (CGM), órgão de controle interno da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), com o objetivo de compartilhar metodologias e práticas relacionadas às atividades de controle interno. O acordo

prevê o compartilhamento de sistemas e de informações e também a realização de encontros técnicos com representantes dos órgãos para promover a troca de informações, assessoria e treinamento, conforme as necessidades.

Foto: MPT/Divulgação



## MPPE apoia campanha contra trabalho infantil

Com o objetivo de combater a violação de direitos de crianças e adolescentes, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude), está apoiando a campanha “Quando a infância é perdida, não tem jogo ganho”, desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Um vídeo, um spot de rádio, cartazes, leques, *outdoor*, *busdoor*, camisetas e cards para as redes sociais são algumas das peças que estão sendo veiculadas em todo o Estado. A campanha tem foco no combate à utilização de mão-de-obra infantil durante o período junino e também na Copa do Mundo, procurando despertar uma maior conscientização da sociedade a fim de que se deixe de achar normal que crianças e adolescentes tenham sua força de trabalho precocemente explorada.



## Combate à violação dos direitos da criança e do adolescente no bairro do Ibura

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital, vem desenvolvendo trabalho com o objetivo de combater as violações dos direitos da criança e do adolescente no bairro do Ibura, na Região Metropolitana do Recife (RMR). São realizados de forma sistemática encontros com representantes da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE); Polícia Civil de Pernambuco (PCPE); Tribunal de Justiça

de Pernambuco (TJPE), por meio do Projeto Acolhimento; e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) daquele bairro. Segundo informações fornecidas pelo Departamento de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS-PE), o bairro tem registrado um alto índice de notificações relacionadas a este tipo de caso.

## Reconhecimento

A plataforma Themis, desenvolvida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Combate à Sonegação Fiscal (Caop Sonegação Fiscal) e pela Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação (CMTI), foi selecionada para a etapa de entrevistas com um consultor do Prêmio Inovare deste ano. A plataforma tem acesso a diversos bancos de dados abertos e também a dados originários de instituições conveniadas, como a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e Infoseg. A inteligência artificial permite um cruzamento de dados rápido e eficiente. E, quando são identificados casos de sonegação fiscal, o próprio sistema emite as notificações aos devedores para que regularizem sua situação. O sistema permitiu que o tempo médio para comunicação aos contribuintes tenha se reduzido de três meses para apenas dois dias.

## Nova plataforma de gestão de processos



O Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) está em funcionamento no Ministério Público de Pernambuco (MPPE). A ferramenta tecnológica engloba módulos e funcionalidades que aumentam a eficiência administrativa ao permitir a gestão de processos e documentos em um mesmo ambiente virtual. O SEI! tem a finalidade de aprimorar a segurança e confiabilidade

na tramitação de documentos, aumentar a celeridade dos processos administrativos, reduzir os custos operacionais e ampliar a sustentabilidade com o fim da utilização do papel. Todo o trâmite de documentos será realizado por meio do sistema, reduzindo consideravelmente a utilização de malotes, pois abrange todas as sedes de Promotorias de Justiça.

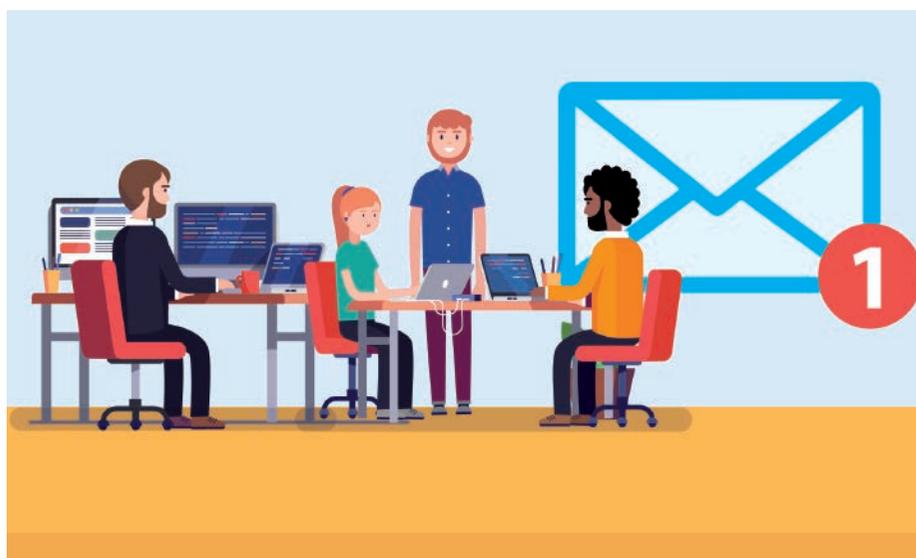
## Sentindo na pele



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio do Grupo de Enfrentamento ao Racismo (GT Racismo), elaborou o vídeo institucional "Sentindo na Pele - O retrato de 15 anos de trabalho do GT Racismo do Ministério Público de Pernambuco". Com mais de 15 minutos de duração,

o vídeo possui diversas informações sobre o combate ao crime de racismo realizado pelos membros e servidores do MPPE e procura abordar, por meio de depoimentos, todo o histórico de enfrentamento à desigualdade racial em Pernambuco.

## Inovação até na troca de mensagens



Ainda no primeiro semestre, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) passou a adotar a plataforma de serviços do Google. Com essa mudança, os usuários passaram a ter acesso a uma grande gama de produtos como o webmail Gmail, armazenamento on-line do Google Drive, além

de calendário personalizado e do serviço de mensagens instantâneas e videochamadas Hangouts. A utilização da plataforma procurou trazer mais celeridade e rapidez na troca de mensagens e guarda de arquivos.

## Qualidade de vida no ambiente de trabalho



Dois programas desenvolvidos pelo MPPE foram escolhidos para compor o sexto volume da Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público (CNMP), onde foram divulgadas as boas práticas desenvolvidas nas unidades do MP brasileiro. Os programas escolhidos foram "Incentivo à Gentileza" e "Qualidade de Vida no MPPE". O primeiro se baseia no exercício da gentileza como algo fundamental para a manutenção do bem-estar e da qualidade de vida. O projeto procura implementar uma cultura organizacional de bem-estar coletivo, resgatando a humanização da pessoa no trabalho, estimulando ações solidárias, a amizade e a solidariedade no trabalho, em casa e na vida. Já o Programa Qualidade de Vida foi implantado por diretriz do Planejamento Estratégico, com o intuito de integrar, valorizar e motivar membros e servidores, incentivar o hábito de práticas saudáveis, aumentar a produtividade e a criatividade, controlar o estresse e combater o sedentarismo. Os objetivos são os de desenvolver uma cultura organizacional de bem-estar coletivo; resgatando a valorização e a humanização da pessoa no trabalho; integrar as pessoas de diversas áreas do MPPE, estimulando o espírito de equipe; incentivando a prática de exercícios físicos e o cuidado com a saúde; reduzir indicadores negativos como absenteísmo, doenças de trabalho, licenças-saúde e aposentadorias precoces.

## MPPE no Ranking do CNMP



# MPPE alcança primeiro lugar em transparência

O Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE) é o mais transparente do País, segundo dados divulgados no dia 9 de julho, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ele ocupa a primeira colocação no ranking que é intitulado Transparentômetro, ao lado dos MPs da Bahia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe. A pesquisa, realizada pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, avalia os Portais Transparência de 31 unidades do Ministério Público dos estados e dos quatro ramos do Ministério Público da União.

Em apenas um ano, o MPPE saiu da 25ª posição para a primeira colocação no ranking, com atendimento de 100% de todos itens avaliados no primeiro quadrimestre de 2018. São avaliados pelo CNMP itens como licitações, contratos e convênios, execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas, serviço de informações ao cidadão, planejamento estratégico, recomendações, termos de ajustamento de conduta e audiências públicas. Ao todo são cerca de 300 itens avaliados.

“Chegar ao primeiro lugar em um ano e seis meses é algo inédito e que simboliza uma verdadeira mudança de cultura dentro do MPPE. Hoje, a transparência é um dos principais pilares da organização e todo o trabalho realizado é fruto de um esforço coletivo. Trabalhamos para oferecer ao pernambucano informações claras e precisas sobre a gestão institucional, gerando transparência na execução orçamentária e financeira, na gestão de pessoas, no planejamento estratégico e em outros pontos. A transparência é nossa prioridade, pois trabalharmos com o diálogo e compromisso social. Hoje, a aplicação da transparência é muito mais do que uma obrigação legal, é uma diretriz no MPPE,

pois uma organização transparente é uma organização fortalecida”, disse o secretário-geral do MPPE, Alexandre Bezerra.

No início de 2017 o MPPE estava no 25º lugar. No segundo semestre do último ano foi possível evoluir para a sexta posição e em maio de 2018 chegamos à terceira colocação. “O planejamento possibilitou o alcance da meta inicial e agora o desafio é manter-se nas primeiras colocações. Toda equipe da Secretaria-Geral, em especial da Controladoria Ministerial Interna e da Ouvidoria-Geral do MPPE, estão de parabéns, pois já começamos a colher os frutos de todo esforço realizado”, concluiu Bezerra.

“Na busca de fortalecer o sistema de transparência do MPPE, criamos uma agenda com os gestores para manter as informações no Portal da Transparência sempre atualizadas e o resultado é fruto direto dessa parceria”, disse o controlador ministerial interno, Rodrigo Amaro. Ainda segundo Amaro, além da facilidade de acesso às informações do MPPE, o cidadão pernambucano, hoje, pode exercer melhor o controle social da organização. “O cidadão pode acessar em formato aberto e na íntegra todos os contratos firmados,

fazendo sua consulta em um único local”, reforçou.

A Lei Federal n.º 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), é que dá a tônica das obrigações de publicidade de informações a todos os órgãos públicos. No âmbito do CNMP, a Lei é complementada pelas resoluções n.º 86/2012, 89/2012 e 115/2014, que buscam um aprofundamento bem mais detalhado e específico do que o cobrado pela LAI.

O Portal de Transparência do MPPE pode ser acessado pelo endereço <http://www.mppe.mp.br/transparencia/>. Nele, o cidadão pode ter acesso a informações como a execução orçamentária e financeira, licitações, contratos e convênios já firmados, informações de gestão de pessoas, planejamento estratégico e salário dos servidores. A página é completamente adaptada para a linguagem de sinais e leitura em áudio e texto, facilitando o acesso a pessoas com deficiência. Além disso, o site é adaptado para visualização em smartphones e tablets.

# Mais promotores de Justiça para melhorar o atendimento ao povo pernambucano

Vinte promotores de Justiça tomaram posse de seus cargos em 6 de fevereiro deste ano, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda, na Região Metropolitana do Recife (RMR) e assumiram seus cargos em 5 de março, após a conclusão do curso de formação. Diante de um Teatro Beberibe lotado, os novos membros do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) juraram defender a cidadania e as tradições de luta e independência do povo pernambucano.

Os novos promotores foram convocados em novembro do ano passado pelo procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros. Aprovados no concurso público realizado em 2015, cuja validade foi prorrogada até 2019, estão atuando em 14 cidades do Sertão (Bodocó, Cabrobó, Carnaíba, Custódia, Exu, Flores, Floresta, Inajá, Petrolândia, Serrita, Tabira, Tacaratu, Terra Nova e Trindade), cinco do Agreste (Águas Belas, Buíque, Ibirajuba, Jupi e Lagoa dos Gatos) e Chã Grande, na Zona da Mata. Somados aos 21 que assumiram em setembro de 2017, são 41 novos membros do MPPE, diminuindo de 146 para 105 o déficit de promotores existente na instituição.

Ao todo, 504.674 pessoas serão beneficiadas com a medida, promovida pela Procuradoria Geral de Justiça. “Mostramos que,

onde não há promotor, a violência cresce. Por isso, cada centavo que é investido no Ministério Público é devolvido em serviços essenciais à sociedade. Um Estado forte pressupõe instituições fortes e é dessa vontade de fortalecer o MPPE que estamos imbuídos”, afirmou Francisco Dirceu Barros.

O procurador-geral de Justiça lembrou das dificuldades enfrentadas por eles e os trâmites que permeiam o processo, desde a abertura do concurso até a nomeação. “Esperei um ano e quatro meses para ser nomeado. Não aguentava mais as pessoas me perguntando quando eu assumiria o cargo”, afirmou.

O chefe do MPPE também salientou que as novas convocações trarão melhorias ao MPPE e à sociedade pernambucana como um todo. “Com mais promotores, podemos

combater melhor a criminalidade, proteger a probidade administrativa e defender a cidadania”, afirmou Francisco Dirceu Barros.

Junto aos 21 outros membros que assumiram seus cargos no ano passado, são 41 novos promotores de Justiça convocados pelo procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros. “Quando assumi o cargo de procurador-geral de Justiça, havia um déficit de 146 cargos vagos. Com esses novos 41, diminuimos essa lacuna em quase 30%”, explicou Francisco Dirceu Barros. “Tudo isso foi possível fazendo o bom uso do repasse da suplementação orçamentária feito pelo Governo do Estado e mantendo o contingenciamento que implantamos desde que começamos a gestão”, explicou o procurador-geral de Justiça.

## Veja o promotor de cada cidade



### Sertão

**Bodocó:** Eduardo Aquino

**Cabrobó:** Tiago Boulhosa Gonzalez

**Carnaíba:** Ariano Aguiar

**Custódia:** Tiago Meira Souza

**Exu:** Nara Guimarães

**Flores:** Rafael Steinberger

**Floresta:** Camila Guerra

**Inajá:** Patrícia Siqueira

**Petrolândia:** Felipe Britto

**Serrita:** André Almeida

**Tabira:** Eryne Luna

**Tacaratu:** Fábio Estevam

**Terra Nova:** Raíssa Lima

**Trindade:** Fábio Castro

### Agreste

**Águas Belas:** Daniel Mesquita

**Buíque:** Vinícius Araújo

**Ibirajuba:** Gabriela Lapenda

**Jupi:** Crisley Tostes

**Lagoa dos Gatos:** Leandro Matos

### Zona da Mata

**Chã Grande:** Gustavo Holanda Dias

## Violência em Pernambuco exige esforços do MPPE no apoio à população

Nos últimos anos, o assunto segurança pública tem sido questão de primeira ordem para todos os pernambucanos. A alavancada dos índices registrados pelas principais organizações, bem como a própria sensação de segurança e bem-estar tem gerado preocupação. Os diversos esforços têm gerado alguns resultados positivos.

Em março deste ano, por exemplo, o Estado contabilizou 366 assassinatos ao longo dos 31 dias do mês. Apesar de alto, o número é 33,5% menor em comparação ao mesmo mês de 2017, que foi de 551, mas ainda é o sexto mês de março mais violento desde 2007, ano em que teve início Pacto pela Vida.

Em termos relativos, a comparação entre os Estados mostra que a violência em Pernambuco é mais crítica - já que a população é 44% menor -, algo que foi reconhecido pelo próprio ministro da Justiça, Raul Jungman, em entrevista para uma rádio local. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera como "aceitável" uma taxa de até 10 homicídios a cada 100 mil habitantes. No Brasil, o índice gira em tor-

no de 29 mortes a cada 100 mil habitantes, um patamar de países que estão em guerra. No Rio, a taxa é de 40 e, em Pernambuco, de quase 57, considerando os últimos 12 meses.

O problema tem sensibilizado diversas organizações e o Ministério Público de Pernambuco tem direcionado claros esforços no sentido de apoiar o pernambucano e as organizações públicas a enfrentar o problema. "Segurança é assunto de primeira ordem para todo o MPPE que, como órgão encarregado da persecução criminal e como detentor de enorme parcela de atribuições na área cível, sobretudo em defesa dos interesses sociais e individuais mais elevados, tem uma grande responsabilidade social, podendo atuar em diversos sentidos

para diminuir pressões de insatisfação que pairam sobre a sociedade e que potencialmente se transformam em fatores de criminalidade", disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Barros compreende a temática da segurança como um arranjo complexo que passa, em primeira ordem, pela promoção do bem-estar social, com políticas de educação e habitação, com o incentivo à criação de novos empregos, com a fixação do homem no campo, com o sistema penitenciário, com o processo legislativo, com a sensação de impunidade e até mesmo com a atuação da imprensa e dos meios de comunicação de massa. "A segurança pública não é tarefa exclusiva do Estado, e muito menos dos organismos policiais. É tema



Foto: SXC.hu

A Organização  
das Nações Unidas  
(ONU) considera  
como “aceitável”  
uma taxa de até  
10 homicídios a  
cada 100 mil  
habitantes

que só pode ser discutido eficazmente mediante a participação de todos os segmentos da sociedade, de forma a assegurar a elaboração de políticas que visem maximizar a compatibilização entre os meios e os fins a serem alcançados, evitando a improvisação e o achismo”, assevera Dirceu Barros.

Um dos trabalhos que vem sendo feito dentro do MPPE no sentido de fiscalizar as ações de segurança, refere-se à forma de ver o trabalho que é desempenhado pela instituição nas atribuições extrajudiciais na área civil. “O promotor de Justiça em sua atuação tem condições de atuar como um verdadeiro agente do bem-estar social, minimizando os conflitos e tensões no seio da sociedade, influenciando diretamente sobre os possíveis fatos que rondam a criminalidade. E é nessa atuação voltada aos interesses sociais

que o Ministério Público tem condições de auxiliar o Estado a promover a justiça social, reduzindo índices de insatisfação e de marginalização”, asseverou.

Outra ação que impacta na dinâmica da criminalidade são os esforços para que os pais e o Estado mantenham crianças entre sete e 14 anos nas escolas, valendo-se das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente. “A nossa atuação nos direitos difusos e coletivos, como a defesa do meio ambiente, do patrimônio histórico, artístico e cultural, dos direitos dos consumidores, tem uma clara repercussão não só na qualidade de vida proporcionada à sociedade, mas também na credibilidade da ordem jurídica”, reforça Barros.

O MPPE tem combatido, ainda, a vio-

lência com as atividades de valorização do atendimento ao público, fonte inesgotável de informações sobre os problemas sociais, buscando a solução de conflitos individuais e prestando assistência e orientação à população, em audiências públicas e ações integradas com outros organismos do governo. “Temos um extenso elenco de atribuições, pois atuamos em nome da sociedade na defesa de seus interesses e direitos mais relevantes, pois não basta que a Constituição Federal os declare, sem que existam meios para seu efetivo exercício. Não é apenas com o direcionamento de esforços para a persecução criminal, por exemplo, que se conterá a onda de violência em nosso Estado, que necessita muito mais de medidas que resultem em justiça social do que em pura repressão”, finalizou Dirceu Barros.



## Cidade Pacífica procura reforçar segurança em todo o Estado

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) lançou no primeiro semestre de 2018 o projeto Cidade Pacífica, que tem o objetivo de promover ações concretas no combate à violência nos 184 municípios do Estado, ampliando, assim, a atuação do MPPE em suas ações extrajudiciais. Nestes primeiros seis meses do ano, seis cidades fizeram a adesão ao projeto fazendo parte do futuro índice de pacificação, são elas: Petrolina, Cabrobó, Orocó, Gravatá, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Caruaru.

“Precisamos entregar à sociedade resultados factíveis de promoção da segurança pública e combate à violência. Com o Cidade Pacífica, queremos que os governos municipais estejam mais envolvidos no tema da segurança e possam desenvolver ações concretas, de cunho preventivo e voltadas à redução dos índices e da sensação de insegurança”, disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Segundo ele, o MPPE irá realizar um acompanhamento constante das ações de segurança a partir de ciclos de monitoramento. “As metas e ações pactuadas serão acompanhadas pelo Ministério Público de forma que será possível identificar áreas com maior índice de violência e propor, em conjun-

to, medidas que visam a pacificação”, completou ele.

“Vamos ter acesso ao banco de dados do Pacto Pela Vida para podermos mapear áreas com maior violência em todo o Estado. Após esse mapeamento, vamos firmar um pacto e as cidades passam a ser constantemente avaliadas, compondo, assim, um índice de pacificação em nosso Estado”, disse o promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da área Criminal (CAOP-Criminal), Luiz Sávio Loureiro da Silveira. Entre os dados que serão consultados estão os números de Crimes Violentos, Letais e Intencionais (CVLI) e o de Crimes Patrimoniais (CVP).

Ao fim do ciclo de monitoramento, os municípios que atingirem as metas recebem do MPPE uma certificação que gera, além das conquistas no combate à criminalidade, a possibilidade de obter recursos para investimentos na qualidade de vida dos cidadãos. “A certificação funciona para que o MP possa atestar a realização de medidas efetivas de combate à criminalidade. Vamos realizar, ainda, articulação junto aos órgãos federais e estaduais a fim de viabilizar linhas de crédito para projetos de segurança”, completou.

## 50 propostas para melhorar a segurança em todo o País

O procurador-geral de Justiça (PGJ), Francisco Dirceu Barros, durante a realização do “I Seminário Nacional Enasp/CNMP - Desafios atuais da segurança pública”, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília, entregou à comissão presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, mais de 50 propostas, originadas no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ), para modernizar a legislação criminal e fortalecer o combate ascendente da violência.

“A prevenção, primeiramente, decorre da confiança que surge na sociedade a partir da constatação de que o direito penal, efetivamente, se aplica. No Brasil não temos prevenção geral, a pena não gera efeito inibidor da criminalidade e a sociedade já está percebendo algo óbvio, ainda que condenado: o autor do delito não cumpre uma pena proporcional à gravidade do delito. Nós não temos no Brasil um potencial legislativo eficaz para combater a criminalidade, precisamos de mudanças urgentes, pois um dos fatores que inibe o crime é o tamanho da pena conjugado com a certeza da punição”, disse ele. O procurador defendeu o acordo de não-persecução penal para delitos de médio potencial ofensivo como uma forma de dar efetividade, eficiência e celeridade aos processos criminais.

Defendeu, ainda, penas mais severas para os crimes graves e o aumento da punição aos crimes hediondos que só crescem. “A lei dos crimes hediondos, precisa ser melhorada, transformando-se em um instrumento de proteção suficiente dos bens jurídicos mais importantes da nossa sociedade. Por isso, um tratamento austero, inflexível, implacável e intolerante aos crimes hediondos e equiparados precisa, urgentemente, ser colocado em discussão”, completou Barros.



Foto: SXC.hu

## Construindo novos caminhos

Seguindo uma determinação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco publicou a Resolução nº02/2018, *ad referendum*, que disciplina a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal (PIC) e regulamenta a adoção do acordo de não-persecução penal, iniciativa pioneira em todo o País.

As novidades trazidas pela Resolução visam incorporar soluções alternativas ao processo penal, garantindo celeridade na resolução dos casos menos graves, proporcionando mais efetividade e rapidez à Justiça, que irá priorizar sua atuação no julgamento de crimes graves.

“O acordo de não-persecução é aplicado em países desenvolvidos há mais de 100 anos e até mesmo em casos mais graves. Ele torna a Justiça mais rápida, ajuda a evitar a morosidade e a sensação de impunidade, além de economizar recursos humanos e materiais. É direcionado ao cidadão, que, porventura, tenha cometido um crime sem violência. Não é algo para beneficiar bandidos, como tem sido divulgado de forma equivocada por alguns”, ressaltou o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Conforme o texto da resolução, o PIC é

instrumento desburocratizado de natureza administrativa e investigatória instaurado e presidido por membro do MPPE com atribuição criminal, com a finalidade de apurar infrações penais de iniciativa pública. As investigações levadas a cabo por meio do PIC podem embasar, a depender do juízo do promotor ou procurador de Justiça, a propositura de ação penal.

A Resolução nº02/2018 também elenca os procedimentos que deverão ser adotados para instauração e instrução dos procedimentos, para a realização de persecução patrimonial e a viabilização da publicidade dos atos investigatórios, ressaltando aquelas informações que necessitem ser mantidas sob sigilo, em razão do interesse público ou preservação das investigações.

Em relação à prática dos acordos de não-persecução penal, a Resolução estabelece que o Ministério Público poderá propor

a medida ao investigado quando o crime cometido tiver pena mínima inferior a quatro anos e as circunstâncias do fato não incluírem violência ou grave ameaça à vítima.

Cumprindo-se esses pré-requisitos, e com a confissão de autoria por parte do investigado, o membro do MPPE poderá propor qualquer das seguintes medidas, isolada ou cumulativamente: reparar o dano ou restituição material à vítima, se for possível; renunciar a bens ou direitos indicados pelo MPPE como instrumentos ou produtos do crime; prestar serviços à comunidade ou a entes públicos por um período correspondente à duração da pena mínima prevista para o crime, diminuída de um ou dois terços; pagar multa a ser destinada a entidade pública ou de interesse social; ou outra condição estipulada pelo MPPE, desde que compatível com a infração praticada.

Foto: UFED Touch Ultimate/Divulgação



## MPPE investe em tecnologia para desbaratar crime organizado

O combate à criminalidade organizada é um dos pilares da atuação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) no enfrentamento constante à violência no Estado. Para responder à altura à escalada das quadrilhas que atuam em esquemas cada vez mais sofisticados, o MPPE tem procurado reforçar suas estruturas de combate ao crime organizado e de inteligência, ao longo do último ano. Além de iniciativas como a implantação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (Lab-LD), a Procuradoria Geral de Justiça tratou de dar os alicerces necessários para fortalecer o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e o Núcleo de Inteligência do MPPE (Nimpe).

Listas de contatos, conversas pelo WhatsApp, informações das redes sociais e de e-mails, fotos e vídeos, senhas, arquivos sediados nas nuvens e dados de localização, além de buscas e sites visitados. Nada escapa ao novo sistema de mapeamento de dados do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Intitulado *Ufed Touch*, ele foi desenvolvido pela empresa israelense *Cellebrite* e permite a extração de dados de qualquer sistema operacional, inclusive aqueles que já foram deletados. Com ele, os investigadores fazem uma verdadeira limpa nos aparelhos, mesmo os bloqueados por senha ou criptografados.

“O combate ao crime organizado é assunto de primeira ordem no Ministério Público de Pernambuco. Temos investido constantemente no desenvolvimento e na aquisição de soluções que permitam analisar dados de forma massiva. Com esse novo software, será possível confrontar informações forenses com mais rapidez e qualidade, além da possibilidade de fazer cruzamento, com um processamento de dados que não poderia ser feito pelo homem, ou que duraria muito mais tempo caso fosse realizado manualmente”, disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros. Com a nova aplicação, é possível o MPPE identificar e comprovar situações como a de um álibi forjado ou atuações coordenadas com finalidades criminosas.

O sistema permite a extração de dados ocultos dos celulares, aqueles que foram deletados, bem como os dispositivos que executam APPs como o *Jelly Bean OS*, desvios de código PIN, bloqueios e senhas de qualquer sistema operacional. “Essa tecnologia já é utilizada em diversas





forças policiais e de investigação no Brasil e no mundo. Toda a utilização só é realizada de forma segura, com a preservação dos dados e devidas autorizações jurídicas”, reforça Barros. Após a extração dos dados, o investigador consegue fazer buscas por palavra-chave, pelas características de uma foto, o posicionamento num mapa e até mesmo comparações entre diferentes aparelhos apreendidos.

O software é utilizado no Brasil há vários anos, principalmente pelo Ministério Público Federal (MPF) e também pela Polícia Federal. “Queremos trazer ainda mais agilidade na apuração, na confrontação de informações e na geração de provas. Por meio das extrações é possível fazer uma análise completa de tudo que foi encontrado no aparelho e com uma série de filtros podemos cruzar as informações com outras aplicações”, disse o promotor de Justiça e integrante do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime

Organizado do MPPE (Gaeco), Frederico Magalhães.

Em uma análise de vários suspeitos de um crime, por exemplo, é possível encontrar contatos que eles têm em comum, apontar quando falaram entre si e, por meio da informação do GPS, identificar quando eles estiveram no mesmo local. “O sistema tem alta capacidade resolutiva. Podemos identificar e catalogar um conjunto, por exemplo, de palavras e expressões suspeitas. Podemos, também, traçar as rotas que um determinado sujeito fez, detectando todos os rastros virtuais deixados”, reforçou Magalhães.

Além do *Ufed Touch*, o MPPE já faz uso do *UpLexis*, uma aplicação que utiliza algoritmos e técnicas de *Big Data*, *Cloud Computing* e *Machine Learning* na captura, classificação, armazenamento e apresentação de informações. Esse cruzamento de informação é realizado com diversos ban-

cos de dados de entidades públicas e privadas, sendo possível identificar vínculos de informações. “Com esse sistema, a gente varre diversos bancos, vasculhando fontes que dependem de usuário e senha para ter acesso, por exemplo. Assim, a gente pode: fazer balanços patrimoniais de uma empresa, minerando diversas fontes; ter acesso ao histórico de uma companhia; fazer um dossiê sobre pessoa física; utilizar interface para mapear relacionamento entre sócios de uma companhia, parentes e representantes legais, por exemplo”, disse Magalhães.

Outros sistemas utilizados pelo MPPE são o Plutão, Argus e o PAI, que são utilizados a partir de uma parceria com o Ministério Público Militar (MPM). Estes sistemas permitem, respectivamente, tramitar e requisitar autos de um processo de forma automatizada; quebrar sigilo bancário; e trabalhar com banco de dados estruturados com informações de várias fontes oficiais. Com esse acervo,



“Com esse sistema, a gente varre diversos bancos, vasculhando fontes que dependem de usuário e senha para ter acesso”

será possível efetuar cruzamentos de dados de forma abrangente. “Esses sistemas vão alavancar a atividade-fim do MPPE, especialmente na investigação de casos de corrupção e improbidade administrativa. É o nosso MPPE sendo fortalecido. Em pouco tempo seremos equiparados aos grandes MPs”, finalizou o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

O Argus, de inteligência financeira, foi desenvolvido pelo MPM em 2010 e vem sendo usado, desde então, por vários órgãos públicos para automatizar a análise de dados a partir de informações de quebra de sigilo bancário. “Com o uso dessa ferramenta, a análise é mais rápida e mais confiável do que seria possível fazer com um ser humano”, explicou o promotor de Justiça Frederico Magalhães, do Gaeco.

O PAI trata-se de um programa de gestão

de autos que poderá ser usado por todos os membros para a tramitação dos autos; requisição de serviços especializados, como do Gaeco e do Laboratório de Lavagem de Dinheiro (Lab-LD); e acompanhamento da atuação.

Por fim, o sistema Plutão é um banco de dados estruturados com informações de várias fontes oficiais. Com esse acervo, será possível efetuar cruzamentos de dados de forma abrangente. Além dos integrantes do Gaeco, também estiveram presentes servidores da Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação, que vão gerenciar a implantação dos sistemas na infraestrutura do MPPE.

“Esses sistemas vão alavancar a atividade-fim do MPPE, especialmente na investigação de casos de corrupção e improbidade administrativa”, destacou Frederico Magalhães.

Em contrapartida, os MP estaduais, cedem ao MPM as ferramentas por eles criadas

para o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados, de forma a aprimorar, desenvolver e dar suporte a métodos de análises de dados, pesquisas e investigações.

**Cooperação** – O intercâmbio de ferramentas e tecnologias está previsto na ação 07 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). Instituída pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em 2003, sob a coordenação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJIC), a Enccla é formada por 79 órgãos dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil, que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.



## MPPE no combate ao narcotráfico

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), realizou o curso “Atuação da Polícia Judiciária no Combate ao Narcotráfico e Segurança nos Municípios”, na cidade de Petrolina. A capacitação foi voltada aos promotores de Justiça do MPPE das cidades de Petrolina, Serra Talhada, Afogados da Ingazeira e Salgueiro. Participaram, ainda, comandantes da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) e delegados da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE) da região. O curso ocorreu no auditório do Sest/Senat.

O curso teve o objetivo de proporcionar aos participantes o aprimoramento profissional, capacitando para a atuação no combate ao tráfico de drogas, através da execução de abordagens, buscas e ainda no desenvolvimento de habilidades e técnicas investigativas específicas. “Queremos aperfeiçoar ainda mais grupo de membros que atuam nesta área no MPPE, bem como os demais atores institucionais

envolvidos no combate ao narcotráfico. Nosso objetivo é oferecer conhecimento para que seja possível melhor identificar o infrator que está trazendo entorpecentes para comercialização, bem como despertar habilidades e técnicas avançadas de identificação do narcotraficante”, disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros. Ele ministrou a palestra de abertura do encontro.





**Ação multi-institucional reuniu integrantes do MPPE e das polícias Civil e Militar para discutirem o combate ao tráfico de drogas**



Os delegados da Polícia Civil do Maranhão (PCMA), Thiago Salgado e Danilo Veras; bem como o investigador de polícia do mesmo Estado, Diego Nascimento, ministraram as aulas práticas. “Todas as pessoas desejam a mesma coisa: paz e tranquilidade na vida social. É com isso em mente que o MPPE vem executando diversas atividades que procuram priorizar e promover a segurança do pernambucano. Só conseguiremos fazer isso com ações multi-institucional, fazendo parcerias com outros órgãos de combate

ao narcotráfico”, disse Barros.

Durante o curso, os participantes tiveram a oportunidade de discutir acerca da atuação da polícia judiciária no combate ao narcotráfico e as propostas práticas para intervenção do MPPE na segurança dos municípios. “Realizamos essa primeira edição do curso e pretendemos, no segundo semestre, realizar uma edição no Agreste, atendendo profissionais da região”, disse o procurador de Justiça e diretor da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), Sílvio Tavares.



## PROJETO PRIMEIROS PASSOS

Arte: AMCS

# Os primeiros de muitos passos

“Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de zero a três anos até o final da vigência deste Plano Nacional de Educação (PNE)”. Dois anos após o prazo estipulado pelo PNE 2014-2024, instrumento de planejamento que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor, a realidade de sua primeira meta ainda está bem distante do esperado.

Segundo o Anuário da Educação Básica 2017, elaborado pelo movimento Todos pela Educação com base em números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Educação (MEC), no que tange à primeira parte da meta, relativa à universalização do atendimento na Educação Infantil, o crescimento do atendimento das crianças de quatro e cinco anos, em 2015, chegou à taxa de 90,5%. No entanto, a ampliação da oferta de creches para metade das crianças de até três anos ainda está longe, com apenas 30,4% delas matriculadas em creches. “Mantida a atual taxa de crescimento, o atendimento estabelecido na meta só se dará em 25 anos”, diz a publicação.

Em Pernambuco, enquanto 94,6% das crianças em idade pré-escolar estavam frequentando as escolas em 2015, apenas 24,1% estavam matriculadas em creches no mesmo período, de acordo com o Anuário. “Durante inspeções realizadas pela equipe técnica do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (Caop Infância e Juventude), pôde-se conhecer a realidade da oferta de vagas e qualidade do atendimento em creches e pré-escolas nos municípios do interior do Estado, onde foram observadas irregularidades como: inexistência de creches públicas em muitos municípios; número insuficiente de

creches para atender as demandas; ausência de professores; serviços existentes realizados em locais inadequados e sem profissionais habilitados; além de estrutura física precária com sérios riscos para a saúde das crianças atendidas”, explicou o coordenador do Centro Operacional de Apoio às Promotorias de Justiça da área de Educação (Caop Educação), promotor de Justiça Sérgio Souto.

Diante desse cenário e visando cobrar do poder público o atendimento das metas do PNE, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através do Caop Educação, lançou em março deste ano o Projeto Primeiros Passos. O programa institucional, aprovado pelo Comitê de Gestão Estratégica, tem por objetivo articular a ação dos promotores de Justiça que atuam na área da educação, de forma a buscarem, junto aos poderes Executivo e Legislativo, o cumprimento do dever constitucional. “Há dados estatísticos que apontam que a primeira infância é uma fase constitutiva, de estruturação dos mecanismos que poderão favorecer ou não o desenvolvimento físico, psíquico, cognitivo e socioafetivo da criança. Esse momento fundamental do desenvolvimento irá depender dos estímulos recebidos e das relações estabelecidas com os cuidadores. Além disso, muitas pesquisas já indicaram que países que não investem na educação nesta fase possuem altos índices

de criminalidade; de jovens meninas com gravidez precoce; de evasão escolar; além de um baixo desenvolvimento econômico – algo semelhante com o que a gente vive no País”, destacou Souto.

E os benefícios do projeto vão além da educação, influenciando também na empregabilidade das mulheres, que passarão a ter onde deixar os filhos durante o horário de trabalho. Esse fator chamou a atenção do promotor de Justiça Genivaldo Fausto, que no dia 22 de março instaurou o procedimento administrativo nº 001/2018, iniciando a implantação do projeto Primeiros Passos no município de Goiana, onde mais de 60 empresas estão se instalando atualmente. Em Vitória de Santo Antão, a promotora de Justiça, Tathiana Gomes, já está em discussão com a Secretaria de Educação do município sobre a implantação do programa. “Esse é um projeto desafiador, novo no MPPE, no qual já temos algumas promotorias trabalhando o assunto. Ele tem uma importância muito grande porque atinge todas as outras fases da educação infantil e, por isso, queremos fazer uma ação coordenada com vários promotores. Esse tema é uma de nossas prioridades e iremos promover ações visando a criação e a expansão de ofertas de vagas”, finalizou Souto.

# MPPE alinha normativa da Assessoria de Comunicação à Política Nacional de Comunicação do Ministério Público

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ajustou, por meio da Resolução PGJ nº08/2018, a normatização da sua Assessoria Ministerial de Comunicação Social (AMCS). O texto, publicado no Diário Oficial, modifica a Resolução nº 05/2016 explicitando que se aplicam à Comunicação Social do MPPE as regras gerais e de caráter principiológico contidas na Recomendação nº 58/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que estabeleceu a Política Nacional de Comunicação Social do MP brasileiro.

A Política Nacional de Comunicação Social do Ministério Público brasileiro foi instituída de forma colaborativa, com a discussão de membros e servidores em diversas ações nacionais, a fim de regulamentar a comunicação social da instituição e garantir seu alinhamento aos princípios constitucionais da Administração Pública e ao Planejamento Estratégico Nacional.

De acordo com a Política, a Comunicação Social do Ministério Público orienta-se, entre outros, pelos princípios da impessoalidade, da publicidade, da transparência, do respeito aos direitos fundamentais, da verdade e da acessibilidade.

Ainda conforme a norma, o Ministério Público deve estabelecer canais de comunicação que estimulem o debate e a participação de cidadãos e de integrantes da instituição. A divulgação de informações ao cidadão será completa, precisa, acessível e de qualidade, respeitadas as especificidades dos diferentes públicos, os direitos fundamentais e as questões de acessibilidade para pessoas com deficiência, ressalvado o sigilo legal.

O texto estabelece que a comunicação, no âmbito do Ministério Público, é uma atividade institucional e deve ser orientada por critérios profissionais, como parte integrante das atividades ministeriais tanto no campo finalístico quanto na gestão, sendo de responsabilidade de todos os seus integrantes.

Por sua vez, o artigo 7º da recomendação dispõe que a comunicação institucional deverá ser elaborada e divulgada pelo setor responsável pela comunicação social, a fim de manter a unidade e o caráter impessoal. Para os fins desse artigo, comunicação institucional deve ser entendida como o conjunto de procedimentos e práticas adotados no âmbito da atividade de gestão, destinados a divulgar os valores, os objetivos, a missão e as ações desenvolvidas pelo Ministério Público com o propósito de construir sua imagem junto à sociedade.

Por sua vez, a nova redação do artigo 14 estabelece que, em cumprimento ao princípio da publicidade das investigações, a instituição poderá prestar informações aos

meios de comunicação social sobre as providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, abstendo-se, contudo, de externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas.

O artigo 22 define que a divulgação da atividade finalística promovida pela administração não vincula ou obsta que o membro ministerial que oficia em processo judicial ou administrativo realize a divulgação de sua própria atuação. De acordo com o parágrafo único desse artigo, sempre que possível, e a pedido do membro, o profissional de comunicação da unidade o acompanhará no atendimento aos veículos de comunicação.

A recomendação estipula, ainda, que membros e servidores, ao utilizarem-se das mídias sociais, devem estar atentos ao postar informações relacionadas à atuação do órgão, principalmente as de caráter sigiloso, que envolvam segurança ou interesse público. As postagens realizadas em contas pessoais são de responsabilidade dos usuários proprietários das contas.



**Equipe do Planejamento Estratégico apresenta os dados que irão nortear as ações do MPPE**

## MPPE apresenta planejamento de ações para próximos seis anos

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) apresentou o encerramento do ciclo de planejamento do período 2013-2017 e validou as propostas a serem executadas para o período de 2018-2023. Foram apresentados ainda o novo mapa da estratégia, que está mais enxuto e objetivo, bem como os projetos prioritários que foram sugeridos pelos servidores e membros em todo o Estado.

A planejamento é fruto de uma construção coletiva, quando MP convidou todos os servidores e membros para participarem dos encontros e capacitações para coletar sugestões e alinhar a estratégia. Nas escolhas foi priorizando o diálogo com a sociedade e o fortalecimento da cidadania. Para a elaboração do planejamento, foram realizadas oito oficinas, com 439 convocados. No total de participações, 76% dos integrantes da área meio participaram dos encontros realizados. Das promotorias da área criminal, por exemplo, 46% dos integrantes participaram; das promotorias cíveis e de cidadania, o percentual também foi de 76%.

“Os membros do MPPE priorizaram cinco objetivos nas oficinas que foram realizadas na capital e no interior do Estado. Outros sete objetivos foram citados e assim, aglutinamos algumas temáticas, mudando o foco do objeto para o sujeito, de forma a abarcar a defesa dos direitos do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher, das comunidades tradicionais, e demais grupos vulneráveis”, disse o promotor de Justiça, Antônio Fernandes Matos.

Assim, o MPPE deseja obter como resultado dos esforços do trabalho da instituição: “Assegurar o direito à saúde”, “Assegurar direito das crianças e do

adolescente”, “Enfrentar a criminalidade comum, inclusive nos crimes violentos, letais e intencionais”, “Assegurar os direitos à educação”, “Defender o patrimônio público com foco no enfrentamento à improbidade e a corrupção”, “Assegurar os direitos dos grupos vulneráveis”, “Defender o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável” e “Enfrentar a criminalidade organizada, inclusive o tráfico de drogas”.

“Mantivemos a missão, a visão e os valores, mas incluímos no mapa novos processos e eixos como governança e inovação. Assuntos que são de primeira ordem para o MPPE”, disse a assessora



Foto: AMCS



Foto: AMCS

**Reunião de planejamento estratégico realizada para validação dos projetos apontados pelos servidores e membros**

ministerial de Planejamento e Estratégia Organizacional, Sueli do Nascimento. Entre os projetos que foram revalidados estão: o “Educação contra a corrupção e a sonegação”, capitaneados pelos Caops Educação e Sonegação; o “Fiscalizando atenção básica à saúde”, com liderança do Caop Saúde; o “Lixo: quem se lixa?”, do Caop Meio Ambiente; o “Creche e pré-escola para todos”, do Caop Educação; e o projeto “DignIDADE”, do Caop Cidadania, que irá trabalhar com idosos. Já os novos projetos que foram validados foram o “Cidade Pacífica”, “Conselho é bom e eu gosto”, “Convívio protetor” e “Governança em aquisições”.

Foram revalidados ainda os projetos

“Sede única”, “Gestão estratégica 2018-2023”, “Grupo de enfrentamento à corrupção em obras públicas” (Gecop), “Estruturação de procuradorias e promotorias de Justiça” (EPPJ), Estruturação das Centrais de Atendimento, Distribuição e Diligências (CEADDs); “Implantação do processo de atuação extrajudicial do MPPE”, “e-Social”, “Sistema eletrônico de informações” (SEI), e “Teletrabalho”.

Nos últimos cinco foram realizados 26 projetos finalísticos, com a conclusão de 12 e seis ainda em execução. De projetos estruturantes, foram 36, com 18 concluídos e 10 ainda em execução. O ciclo anterior se encerra com 28 objetivos estratégicos,

72 indicadores planejados, 33 deles com mensuração por meio de aplicações de business intelligence, a realização de 13 Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE). Foram realizados ainda 62 projetos, 38 painéis de contribuição, 242 ações previstas e 105 ações concluídas. Dos projetos desenvolvidos no período, nove deles foram premiados.

“Apresentamos as medições dos objetivos estratégicos a partir do indicador de cada uma das iniciativas desenvolvidas, as atividades que tiveram impacto relevante, bem como o que cada setor e servidor se comprometeu a realizar e o quanto produziu”, concluiu Matos.



## MPPE trabalha em parceria com a Rede de Consumidor PE para assegurar direitos

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (Caop Consumidor), vem realizando desde 2015, reuniões com a Rede Consumidor PE, a fim de promover, nesta ação conjunta, com os órgãos que compõem a Rede, a educação para o consumo e cidadania.

“Um grande número de violações é causado pela falta de informação dos consumidores sobre seus direitos. Muitas vezes, eles são lesados por não saber que têm direitos e como ir atrás deles”, destacou a promotora de Justiça, Liliâne Rocha, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor (Caop Consumidor).

A Rede Consumidor PE é composta pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Agência Reguladora de Pernambuco (Arpe); Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde (Adusps); Agência Nacional de Saúde (ANS); Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (Procon PE/Recife/ Cabo); Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco (Ipem-PE); Ordem dos Ad-

vogados do Brasil (OAB); Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária de Defesa e Fiscalização Agropecuária (Apevisa); Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor (Adeccion); Associação Nacional de Defesa do Consumidor (Ascon); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Vigilância Municipal; Defensoria Pública; Delegacia do Consumidor; e Visa.

Os encontros são pautados com o objetivo de atender as demandas mais recorrentes da população. A temática definida pelos integrantes da Rede como prioritária para as ações do grupo foram: educação para o consumo; serviços de saúde; energia elétrica; telefonia; água e alimentos impróprios para o consumo.

A partir da definição das problemáticas é articulado, a atuação para levar as infor-

mações aos consumidores, que, segundo representantes da ANS o trabalho em conjunto é essencial para tratar as problemáticas referentes aos consumidores.

Em reunião, os representantes dos órgãos presentes destacaram as dificuldades das instituições em fazer com que a população conheça seus direitos. A delegada do Consumidor, Beatriz Gibson, sugeriu que fossem realizadas mais ações conjuntas no sentido de fiscalizar estabelecimentos comerciais, dentre outros.

A partir disto, o MPPE deliberou algumas ações que deveriam ser realizadas pelas instituições para levar informações e amenizar as inúmeras demandas sobre os pontos destacados nas reuniões, como o uso das redes sociais para viabilizar a comunicação, palestras e seminários.

“Um grande número de violações é causado pela falta de informação dos consumidores sobre seus direitos. Muitas vezes eles são lesados por não saber que têm direitos e como ir atrás deles”



Foto: AMCS

**Liliane Rocha é promotora de Justiça e coordenadora do Caop Consumidor**

As ações desta articulação já estiveram presentes na Estação Central do Metrô do Recife em março deste ano, com o objetivo de proporcionar um atendimento individual para que as pessoas ficassem bem informadas sobre seus direitos. A dona de casa Terezinha do Carmo, usuária de um serviço de telefonia, aproveitou a oportunidade para saber como agir mediante cobrança indevida da prestadora. Junto a Vigilâncias Sanitárias, Procons e Instituto de Pesos e Medidas (Ipem), o MPPE realizou a fiscalização da venda de peixes e ovos de Páscoa no período das festividades. Além disso, outras duas ações foram realizadas em 2017 no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes para abordar os temas do segmento e outra no Metrô no período junino. Nas redes sociais, o MPPE também

publicou diversos cards abordando temas como corte de energia elétrica, cancelamento de plano de saúde, venda casada, pacotes de turismo, rotulagem de alimentos e comercialização de gás clandestino.

Um dos temas líderes em reclamações por parte dos consumidores foi o da saúde suplementar, que também foi assunto da reunião. Segundo o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), Ewerton Kléber, os consumidores não estão recebendo informações suficientes sobre os planos de saúde coletivos. Sendo assim, foi realizado no dia 17 de março de 2018, no Auditório do Banco Central (Bacen), com o apoio da ANS o seminário “Direito dos Usuários de Planos de Saúde: Principais Demandas em Planos Coletivos e a Judicialização da Saúde Suplementar”.

O seminário contribuiu para capacitar os usuários, órgãos de defesa do consumidor e a todos que compareceram no evento para saber sobre seus direitos e para saber tratar os principais problemas relativos a temática. Mediante dados do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), pelo terceiro ano consecutivo o setor de planos de saúde está no topo do ranking de reclamações dos consumidores. Só em 2017, o Instituto recebeu 3,8 mil chamados com reclamações e dúvidas.

Segundo a promotora de Justiça Liliane Rocha, o MPPE trabalhará na articulação com a Rede para garantir que outros temas sejam debatidos para assegurar os direitos dos consumidores. Os encontros serão mensais para que toda a população seja beneficiada.



## MPPE reforça fiscalização nas festividades juninas

As festividades juninas que ocorrem em todo o Estado foram acompanhadas de perto pelos membros do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Diversos promotores de Justiça de cidades do interior emitiram Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com o objetivo de disciplinar a segurança, a venda de bebidas, o nível de ruído das celebrações que estão sendo realizadas, bem como a própria estrutura da festividade.

Em Caruaru, por exemplo, a prefeitura da cidade e o comando local da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) firmaram TAC perante o MPPE para adotar uma série de medidas com o objetivo de ordenar o São João 2018 da Capital do Forró. No caso da Prefeitura de Caruaru, a primeira iniciativa é a definição dos dias e horários das apresentações. Foram suspensas as atividades noturnas no Pátio de Eventos Luiz Lua Gonzaga e na Estação Ferroviária entre as segundas e quartas-feiras. O horário de abertura dos portões do pátio foi às 18h30,

com a presença da PMPE para realizar os serviços de controle de acesso e revista do público.

O município se comprometeu a proibir o uso de som durante as apresentações musicais, com exceção de estabelecimentos que possuem alvará de funcionamento com certificação de isolamento acústico. No caso do Complexo do Forró, que compreende o Pátio de Eventos, o Polo Azulão, a Estação Ferroviária e a rua Silvino Macedo, o uso de som após o encerramento dos shows foi terminantemente proibido.

As festividades juninas que ocorrem em todo o Estado foram acompanhadas de perto pelos membros do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).



Acima: público na Estação Ferroviária, Centro de Caruaru. Abaixo: exposição na Casa Museu Mestre Vitalino

Segundo o TAC firmado com as gestões municipais de Vicência, Jabotá e PMPE, foram disciplinados os horários de início e encerramento das atrações musicais; ordenadas a distribuição de vendedores ambulantes e carrocinhas de venda de comida, a fim de que os locais de concentração de público tivessem ordenamento urbanístico. Além disso, os municípios deveriam garantir a limpeza dos logradouros públicos após a conclusão de cada dia de festividade e a oferta de banheiros públicos em número suficiente para o público.

Ações semelhantes também serão realizadas nos municípios de Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho e Capoeiras. Nas três primeiras cidades, as gestões municipais se comprometeram a providenciar ou exigir dos organizadores dos eventos alvará do Corpo de Bombeiros atestando a segurança das estruturas de palco, camarotes e arquibancadas.

As prefeituras de Saloá, Santa Cruz do Capibaribe e Vertentes, no Agreste, e de Petrolina e Floresta, no Sertão do Estado, também firmaram TAC versando



Foto: Janayna Pepeu / Pref. de Caruaru

sobre medidas de segurança e organização das festividades. Além de ordenar a distribuição de vendedores ambulantes e carrocinhas e estipular horário para o encerramento das atividades, os municípios deviam garantir a limpeza dos logradouros públicos após a conclusão de cada dia de festividade e a oferta de banheiros públicos em número suficiente para o público. Para a segurança do público, os órgãos municipais deveriam garantir a presença de ambulância e equipe técnica especializada para prestar primeiros socorros e remover pessoas acidentadas; orientar e fiscalizar os vendedores de bebidas sobre a proibição de comercializar produtos em garrafas de vidro, cobrando o uso exclusivo de copos plásticos durante os eventos; e

manter ativo o Conselho Tutelar durante toda a duração dos eventos, a fim de coibir casos de abuso ou exploração de crianças e adolescentes e a venda ou consumo de bebida alcoólica e drogas para esse público. Em Petrolina, Vertentes e Floresta, também foi solicitada a contratação de segurança privada para auxiliar a PM.

Em todas as recomendações e TACs, o MPPE solicitou aos organizadores a disponibilização de banheiros públicos, sendo um masculino e um feminino para cada 100 pessoas; fiscalização da venda de bebidas alcoólicas, a fim de coibir a venda para crianças e adolescentes; providenciar a limpeza do local do evento após o término das apresentações musicais; e escalar

fiscais para atuar na organização da festividade.

Além disso, solicitou às prefeituras o compromisso de ativar o Conselho Tutelar durante a realização da festividade, assegurar o transporte dos policiais militares, bem como garantir a presença de uma ambulância, com equipe qualificada para prestar os primeiros socorros e a fazer remoção de acidentados para unidades de saúde.

Em caso de descumprimento das medidas firmadas, os compromissários ficaram sujeitos a multas, que variam de R\$ 2 mil a R\$ 100 mil, além das sanções administrativas e penais cabíveis.



Foto: Janayna Pepeu / Pref. de Caruaru

## Lista de Cidades

Cidade	Instrumento
Araripina	TAC
Orobó	TAC
Afogados da Ingazeira	TAC
Santa Maria do Cambucá	TAC
Frei Miguelinho	TAC
Capoeiras	TAC
Nazaré da Mata	Recomendação
Santa Cruz do Capibaribe	Recomendação
Caruaru	TAC

Cidade	Instrumento
Jatobá	TAC
Vicência	TAC
Petrolândia	TAC
Saloá	TAC
Santa Cruz do Capibaribe	TAC
Vertentes	TAC
Petrolina	TAC
Floresta	TAC



Foto: Atila Alberti/Arquivo Pessoal

## MPPE apoia os pernambucanos durante a greve dos caminhoneiros

Em maio do ano corrente, o Brasil enfrentou a crise instalada pelo desabastecimento desencadeado pela greve dos caminhoneiros. Em Pernambuco, os setores mais atingidos foram o de combustíveis refinados e gás de cozinha. A fim de apoiar a população pernambucana durante o período, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) instaurou o Gabinete de Acompanhamento de Crise (GAC), monitorando a chegada de mantimentos à população, atuando na liberação de acesso ao Porto de Suape, monitoramento as ações desenvolvidas pelo Poder Executivo estadual, priorizando, ainda, a atividade de plantão especial e a garantia de prestação e acesso dos serviços essenciais ao cidadão pernambucano.

“Nosso principal objetivo foi o de fazer um monitoramento constante da prestação de serviços básicos à população, principalmente aqueles relacionados à saúde, segurança pública, abastecimento de alimentos, gasolina e gás de cozinha. Estivemos em permanente contato com o Gabinete de Crise instalado pelo Poder Executivo estadual, que tem a participação de todos os poderes e outras instituições, para interagirmos nas ações necessárias”, disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Além o GAC, durante o período, cada

Centro Operacional de Apoio às Promotorias (CAOP) monitorou a evolução do quadro inerente a cada área de atuação, repassando as informações e orientações ao GAC, bem como aos membros. “Permanentemente, procuramos compartilhar as informações e estivemos à disposição de todos os membros e da sociedade para a adoção das providências necessárias”, disse.

O PGJ fez coro com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que alertou sobre os riscos de que a paralisação atingisse os direitos fundamentais da

Durante o período, o MPPE acompanhou, as ações de desocupação das vias que dão acesso ao Porto de Suape, em Ipojuca, que estavam bloqueadas em razão da paralisação dos caminhoneiros.



Foto: AMCS

**Gabinete de Acompanhamento de Crise (GAC) realizou diversas reuniões na sede da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ)**

população. “Durante o período de crise, recebemos diversas ligações de membros do MPPE dando conta sobre a situação difícil enfrentada em várias cidades do interior de Pernambuco, onde os moradores estavam batendo às portas do Ministério Público diante do desabastecimento de gêneros de primeira necessidade, como gás de cozinha e medicamentos”, destacou Dirceu Barros.

Durante o período, o MPPE acompanhou as ações de desocupação das vias que dão acesso ao Porto de Suape, em

Ipojuca, que estavam bloqueadas em razão da paralisação dos caminhoneiros. Os promotores de Justiça Luís Sávio Loureiro (coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminal) e Rinaldo Jorge da Silva (promotor de Justiça do Ipojuca) compareceram ao local junto com a Polícia Militar, que deu cumprimento às decisões judiciais que ordenaram a desocupação das vias.

Criado pela Portaria POR-PGJ n.º 1078, o GAC foi coordenado diretamente pelo procurador-geral de Justiça e composto

pela Subprocuradoria-geral de Justiça em Assuntos Institucionais, pela Chefia de Gabinete do MPPE, pela Secretaria-Geral do MPPE, pelo Núcleo de Inteligência do Ministério Público (NMPPE), pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), pela Assessoria Ministerial de Segurança Institucional (AMSI) e por todos os Centros Operacionais de Apoio às Promotorias de Justiça.





Foto: AMCS

## Crianças e adolescentes no combate à corrupção e à sonegação

Mais de 3 mil estudantes do ensino médio e fundamental das cidades de Garanhuns, Caruaru, Olinda e Vitória de Santo Antão e do distrito estadual de Fernando de Noronha puderam conhecer o projeto Educação Contra a Corrupção e a Sonegação neste primeiro semestre de 2018. Na ação, promotores de Justiça e representantes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) conversam com crianças e adolescentes explicando como a corrupção e a sonegação influenciam em nosso dia a dia e como pequenas práticas que muitos consideram “normais” são, na verdade, delitos ou ações reprováveis do ponto de vista ético. A expectativa é percorrer todas as 14 circunscrições do MPPE até o final do ano.

As apresentações ocorrem em escolas municipais e estaduais de todo o Estado e as unidades de ensino recebem, ainda, kits contendo manuais, cartilhas, CDs de música e de vídeo com materiais alusivos ao combate à corrupção e à sonegação para trabalharem como conteúdo pedagógico transversal ao currículo escolar.

Realizado por meio dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Direito Humano à Educação (Caop Educação) e de Combate à Sonegação Fiscal (Caop Combate à Sonegação Fiscal), o projeto Educação Contra a Corrupção e a Sonegação procura promover uma mudança cultural entre os mais jovens com o objetivo de que eles possam também levar essa mudança para suas casas. “Quando fazemos as coisas certas, as pessoas costumam nos chamar de bobos.

Temos que ter orgulho de dizer: ‘Eu não sou bobo, sou honesto’”, disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros. “Coisas como essas que vêm acontecendo são a prova de que há uma cultura já na cabeça das pessoas. Queremos que vocês aprendam que, para ser honesto nas coisas grandes, é preciso ser honesto nas coisas pequenas”, completou ele.

Os encontros são realizados em parceria com as secretarias de Educação do município e do Estado, quando os participantes podem assistir ao espetáculo da companhia Consuarte, intitulado “Quem é esperto levanta a mão e diz um não à Corrupção e à Sonegação!”. Na apresentação, os atores Flávio Alves e Joan Arthur representam o palhaço Trapaça e Leal, respectivamente, e a atriz Priscila Cardoso como a palhaça Chourumela. Eles procuram reproduzir situ-



Foto: AMCS

**Palhaço Trapaça é um dos que compõem a apresentação do grupo Consuarte**



Foto: AMCS

**Paulo Henrique Florêncio, aluno do terceiro ano da Escola de Referência Santa Ana**



Espectáculo “Quem é esperto levanta a mão e diz um não à Corrupção e à Sonegação!”



Estudantes da Escola de Referência Santa Ana, em Olinda, durante apresentação do projeto Educação contra a corrupção

ações cotidianas de corrupção, tais como: furar a fila, tirar vantagens em compras, estacionar em locais com vagas reservadas. O conteúdo da peça é bastante interativo e procura trabalhar a temática de forma lúdica, um exemplo é o jingle: “Quem é esperto/ Levanta a mão/ e diz um não/ contra a corrupção e a sonegação”.

“Nosso grande desafio é o de trazer um tema tão complexo de forma tão simples. Passar os exemplos que atos envolvendo corrupção e sonegação não levam a nada e só trazem prejuízos. Quem conferiu até agora pode ver uma bela lição de cidadania, educando, instruindo e dando exemplo de que é possível transformar o mundo, em especial nosso País, em um lugar melhor para se viver”, disse o promotor de Justiça e coordenador do Caop Educação, Sérgio Souto.

Para o procurador de Justiça que coordena o Caop Sonegação, José Lopes, o “prejuízo da sonegação fiscal no Brasil, chegou a R\$ 500 bilhões no ano de 2017, correspondendo a 13% do PIB brasileiro”. Segundo ele, a iniciativa tem sido bem recebida pelos alunos. “Foi uma atividade diferente, em que puderam conhecer melhor o tema e tomar consciência sobre as questões orçamentárias que são aplicadas nas políticas públicas para o desenvolvimento do Estado, além de entender como combater esses problemas”, finalizou Lopes.

Segundo Paulo Henrique Florêncio, aluno do terceiro ano da Escola de Referência Santa Ana, a iniciativa do

MPPE é de extrema importância, pois leva aos alunos a noção de que tanto a corrupção quanto a sonegação estão presentes em pequenos atos, muitas vezes não considerados por jovens e adultos. “Sabemos sobre o tema apenas o que passa na televisão sobre os governantes. Como somos o futuro do País, precisamos conhecer mais”, destacou Florêncio.

Além dos alunos, a ação alcançou mais de 70 professores que atuam em escolas municipais e estaduais por onde o projeto já passou. “Esse evento trouxe ainda mais força para os temas transversais que trabalho no currículo escolar, foi uma verdadeira aula de cidadania e, com toda certeza, teremos bons resultados com todo o conteúdo que os pequenos tiveram acesso neste encontro”, disse o diretor da Escola Municipal Professor Altair Nunes Porto Filho, em Caruaru, Daniel Farias.

Para a secretária de Educação de Garanhuns, Eliane Simões, o principal ganho está na consolidação da temática e na possibilidade de mudança do futuro. “As crianças compreenderam a mensagem, participaram das atividades e depois, na escola, realizarão atividades pedagógicas relacionadas ao combate à corrupção e a sonegação. O evento foi muito bem conduzido, o MPPE está de parabéns, e a semente que foi plantada hoje irá produzir excelentes frutos daqui a alguns anos”, reforçou ela.

“Prejuízo da sonegação fiscal no Brasil chegou R\$ 500 bilhões no ano de 2017, correspondendo a 13% do PIB brasileiro”



**Cidadãos recebem capacitação para atuarem como mediadores de conflito**

## A Justiça que vem de uma boa conversa entre vizinhos

A Justiça Comunitária tem se mostrado bem eficaz em resolver problemas de pequeno porte entre pessoas da mesma comunidade. Além da rapidez, a principal vantagem é que os agentes conhecem os problemas da localidade e seus moradores, de forma que a justiça é feita pela própria comunidade de forma autônoma, democrática e em observância aos princípios legais. O Núcleo de Justiça Comunitária de Casa Amarela do Ministério Público de Pernambuco (NJCCA/MPPE) é um bom exemplo de como uma boa conversa e estratégias de moderação para a finalidade do consenso e da paz solucionam conflitos que não precisam de tribunais.

Agentes comunitários de Justiça, em junho, participaram da chamada Oficina de Mediação de Conflitos. Os trabalhos foram coordenados pela analista ministerial em Psicologia, Louíse Magalhães, e a em Serviço Social, Elizelma Silva. Também contou com a participação da coordenadora do Núcleo, a procuradora de Justiça Sineide Canuto.

A oficina tem por objetivo atualizar os conhecimentos sobre mediação e aplicação da técnica no trabalho cotidiano que os agentes desenvolvem de forma voluntária. Os encontros são realizados de dois em dois meses e são classificados como sendo uma espécie de educação para os direitos.

Todo início de ano, os agentes escolhem um tema de interesse para debater durante as oficinas. “Os resultados dessas oficinas são sempre positivos, principalmente porque são os próprios agentes que, ano após ano, elegem temas para sanar dúvidas e, assim, retransmitem seus aprendizados às comunidades”, pontuou Sineide Canuto.

Foram debatidos, entre outros temas, os aspectos históricos sobre a origem dos conflitos; os atores envolvidos, o comportamento dos personagens; os tipos de conflito; formas mais adequadas de se realizar uma mediação; a importância do agente comunitário de Justiça no trabalho como mediador; como se portar perante ações inusitadas; a importância da imparcialida-

de; etc. Os presentes também puderam contar exemplos de experiências exitosas vividas ao longo do tempo.

Aos agentes, também foram repassadas orientações sobre as cinco principais etapas para um bom atendimento durante as mediações: 1ª etapa – Como devem ser a apresentação e as recomendações no primeiro contato com os conflitantes, tais como boas vindas, explicação das regras da mediação, o tempo de duração; 2ª etapa – Como deve ser a escuta das partes; 3ª etapa – Identificação dos reais interesses das partes, através de perguntas que levem aos atores identificarem seus próprios interesses; 4ª etapa – Criação de Opções, onde os agentes devem apresentar aos

conflitantes propostas e compromisso para a solução do problema; e por último, na 5ª etapa – propor o acordo e atestar por escrito que as partes concordam com o que foi acertado.

No último momento da oficina, os agentes foram separados em dois grupos para resolverem casos fictícios semelhantes aos que costumam vivenciar na prática diária de trabalho no Núcleo, seguindo as orientações apresentadas nas cinco etapas que devem ser seguidas por um agente comunitário de Justiça.

“A importância de ser um agente comunitário de Justiça é poder solucionar, ou ao menos tentar solucionar, pequenos conflitos que, se fossem parar na Justiça Comum, trariam problemas maiores para os conflitantes. O trabalho no Núcleo pro-

porciona um diálogo entre as pessoas. E quando não existe isso, as pessoas se calam, não procuram ouvir umas as outras, e os problemas não encontram solução”, explicou a agente comunitária de Justiça Salete Silva, moradora do Córrego do Jenipapo.

Somente quando as partes não entram em acordo ou mesmo quando a lei não deixa que o caso seja resolvido desta forma, o Núcleo presta a assistência necessária para encaminhar o problema à Justiça.

Entre os problemas que são tratados pela Justiça Comunitária estão as disputas de posse, propriedade de imóveis, questões de direito de família, como pensão alimentícia e reconhecimento de paternidade, e até problemas que envolvem a comunidade como esgoto a céu aberto, falta

de água e falhas no horário do transporte público.

### Quem pode ser agente comunitário de Justiça?

Qualquer cidadão pode se tornar um agente comunitário de Justiça. Para isso, o primeiro passo é ter vontade de colaborar voluntariamente com a sua comunidade. Após o processo seletivo, os agentes são capacitados para realizar atividades como educação para os direitos humanos, mediação comunitária e animação de redes sociais.

### Onde fica?

O Núcleo de Justiça Comunitária do Ministério Público de Pernambuco fica na Rua da Harmonia, 192, Casa Amarela. Seu horário de funcionamento vai das 8h às 14h. O telefone para contato é (81) 3182-6730.

## Vídeo retrata o trabalho dos agentes

Após lançamento do vídeo institucional Núcleo de Justiça Comunitária, que ocorreu em 21 de junho, a Assessoria Ministerial de Comunicação Social do Ministério Público de Pernambuco, disponibilizou a produção em suas redes sociais (YouTube, Facebook e Instagram).

Com duração de 17 minutos, o documentário apresenta a atuação do Núcleo de Justiça Comunitária de Casa Amarela (NJCCA/MPPE), por meio de depoimento de servidores, da coordenadora do Núcleo e de cidadãos que foram atendi-

dos e tiveram suas contendas mediadas.

Com mais de dez horas de gravações realizadas em três dias de captação de imagens, o vídeo nos leva a conhecer o trabalho do Núcleo, que envolve capacitar pessoas do próprio bairro de Casa Amarela, o mais populoso da Região Metropolitana do Recife (RMR), para atuar naquilo que se chama de Justiça Comunitária.

Assim, é possível conhecer os agentes comunitários de Justiça, sua forma de

trabalho e a responsabilidade deles de conversar com as partes em conflito e estimular um acordo para que todos saiam satisfeitos.

Participam do vídeo as promotoras e procuradoras de Justiça do MPPE Dalva Cabral, Cristiane Medeiros, Geovana Belfort e Judith Borba, que integram o Grupo de Teatro do Instituto do Ministério Público de Pernambuco.



Arte / AMCS



**Agentes da polícia e do MPPE desbarataram quadrilhas que fraudavam atividades em prefeituras do interior pernambucano**

# Corrupção pelo interior de Pernambuco é alvo da Operação Gênesis

A Operação Gênesis foi um conjunto de investigações, apreensões e prisões feitas pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Polícias Civil e Militar de Pernambuco e Controladoria Geral da União (CGU) que desbaratou várias atividades de corrupção em municípios do interior do Estado. A primeira fase deu-se em dezembro de 2017, quando um conluio criminoso de nove empresas se articularam para fraudar licitações e desviar recursos públicos em Quipapá, na Mata Sul do Estado.

Segundo o que foi investigado, as empresas receberam R\$ 18 milhões dos cofres públicos de Quipapá, até o mês de julho, para prestar serviços de transporte escolar, construção de creches e unidades de saúde, manutenção do pavimento e da iluminação urbana, dentre outros. Elas se reuniram para direcionar os resultados das licitações públicas, revezando-se entre as contratadas, práticas que configuram os crimes de corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, peculato e formação de cartel.

“O que é inaceitável é que essas empresas, que não possuem pessoal e equipamentos para prestar os serviços para os quais foram contratadas, se perpetuem desviando o dinheiro dos cidadãos. Temos vista que as empresas estão se especializando nesse tipo de fraude”, alertou o coordenador do Centro de Atuação Especializada no Enfrentamento ao Crime Organizado

(Gaeco/MPPE), procurador de Justiça Ricardo Lapenda. O portal Tome Conta, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), registrou um total de R\$ 300 milhões em contratos das nove empresas com entes públicos em todo Pernambuco e que os fatos devem ser apurados.

Esse ponto de vista foi compartilhado pelo superintendente da CGU em Pernambuco, Fábio Araújo. “Diante dessas irregularidades gritantes, o que nós queremos agora é que esse assunto seja debatido e a sociedade, as instituições e a imprensa se engajem e denunciem, para termos uma chance de um futuro melhor”, salientou.

O promotor de Justiça Frederico Magalhães, do Gaeco, explicou que a operação teve início no mês de julho de 2017, quando a Promotoria de Justiça local recebeu denúncias sobre as irregularidades e acionou o Gaeco. “Fizemos as investigações, com-

“O que é inaceitável é que essas empresas, que não possuem pessoal e equipamentos para prestar os serviços para os quais foram contratadas, se perpetuem desviando o dinheiro dos cidadãos. Temos vista que as empresas estão se especializando nesse tipo de fraude”



Foto: AMCS

provamos as ilegalidades e deflagramos a operação para ter acesso a materiais que são essenciais para entendermos a prática sistemática de corrupção em Quipapá.

Em fevereiro de 2018, ocorreu a segunda fase da Operação Gênesis. Quatro mandados de busca e apreensão foram cumpridos em três municípios da Zona da Mata Sul e do Agreste: Catende, Iati e Garanhuns. Ao todo, participaram da investida 42 agentes do Grupo de Operações Especiais (GOE) e da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil, além de 12 servidores e membros do Gaeco.

O foco principal foi a cidade de Catende, na Zona da Mata Sul, onde houve busca e apreensão de documentos, notas fiscais, procedimentos licitatórios e computadores no prédio sede da Prefeitura e na Secretaria de Saúde, ambas localizadas na Praça Costa de Azevedo. Foi preciso o uso de aríete, alicate, pé de cabra e marreta para abrir portas e armários trancados com cadeados.

Também em Catende a sede da empresa Rodocar foi alvo de busca e apreensão assim como em Garanhuns e Iati.

Em abril de 2018, foram mobilizados 32 policiais e dez integrantes do MPPE para a terceira etapa da Operação Gênesis, na qual foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão, além do afastamento do cargo do prefeito Josibias Cavalcanti; do secretário de Governo Alexandre Cavalcanti, que é filho dele; e de outros seis servidores públicos municipais. Além de serem impedidos de desempenharem suas funções, os alvos da operação também foram proibidos pela Justiça de adentrar as dependências da Prefeitura, sob pena de multa de R\$ 5 mil por dia em caso de descumprimento. Por fim, o MPPE obteve ainda a indisponibilidade judicial dos veículos registrados em

nome dos investigados.

Os indícios de atos de improbidade que sustentaram o pedido de afastamento do prefeito e demais agentes públicos foram obtidos mediante a apreensão e análise de documentos nas etapas anteriores da Operação Gênesis, capitaneada pelo Grupo de Apoio Especializado de Combate ao Crime Organizado (Gaeco/MPPE). Dessa forma, foram comprovadas práticas como fraudes em licitações, vendas de notas fiscais, contratação de empresas laranjas e malversação de recursos públicos.

Segundo informações preliminares, o grupo criminoso era liderado por Alexandre Cavalcanti, com a conivência de seu pai, o prefeito Josibias Cavalcanti. Também exerciam papel de destaque a presidente da Comissão Permanente de Licitação de

Catende, Silvana de Melo, que combinava acordos financeiros com donos de empresas de fachada. Durante a operação, foram apreendidos nas casas dos alvos da operação cinco telefones celulares, três pen drives, um computador, um HD e um cofre.

Em paralelo ao afastamento do prefeito, foram oficialmente notificados o vice-prefeito e a Câmara de Vereadores de Catende para proceder à realização de sessão extraordinária da casa, a fim de que o vice-prefeito assumisse o Poder Executivo municipal. "É importante ressaltar que as investigações criminais decorrentes de todas as provas obtidas nas etapas da Operação Gênesis encontram-se em andamento", complementou o promotor de Justiça Frederico Magalhães, integrante do Gaeco.



Foto: AMCS

**Documentação recolhida traz provas das irregularidades cometidas**



**Coletiva de imprensa realizada em conjunto com outras instituições para apresentar balanço da operação e próximos passos**

## Fraudes no Cabo de Santo Agostinho são desbaratadas pela Operação Ratatouille

Em julho deste ano, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ingressou com ações nas esferas criminal e cível contra o ex-prefeito do Cabo de Santo Agostinho, Vado da Farmácia, e o ex-secretário municipal de Assuntos Estratégicos e Logística, Paulino Valério da Silva Neto. Os dois são acusados de liderar a organização criminosa responsável por lavagem de dinheiro e indícios de fraude a licitações no município do Cabo de Santo Agostinho, durante o mandato de Vado da Farmácia. O grupo foi alvo da Operação Ratatouille, deflagrada em março. Além dos dois, também figuram na denúncia criminal cinco pessoas que teriam agido como laranjas, ou seja, que contribuíram para esconder a origem ilícita de bens adquiridos com recursos oriundos do desvio de verbas públicas.

No âmbito criminal, o MPPE requereu a condenação de Vado da Farmácia, Paulino Valério e dos demais denunciados por integrar organização criminosa e por lavagem de dinheiro. Já no âmbito da improbidade administrativa, o ex-prefeito e o ex-secretário são alvos de ação civil pela prática de atos de improbidade que configuram enriquecimento ilícito.

Segundo o que foi apurado pela Promotoria de Justiça do Cabo de Santo Agosti-

nho, Vado da Farmácia apresentava um padrão de vida significativamente superior ao que permitiriam os vencimentos de seu cargo público. Durante o seu mandato de prefeito, entre 2013 e 2016, Vado adquiriu vários bens veículos e imóveis em negociações intermediadas por Paulino Valério, que efetuava os pagamentos em espécie e arregimentava pessoas para serem proprietários de fachada dos bens.

Durante a investigação prévia à deflagração da Operação Ratatouille, o MPPE obteve judicialmente acesso aos dados bancários e fiscais dos acusados. No caso de Vado da Farmácia, ficou comprovado que ele movimentou, entre 2013 e 2015, um valor mais de duas vezes superior ao rendimento líquido referente ao salário de prefeito que ele recebeu no mesmo período. Na conta, vale ressaltar, sequer foi possível incluir as transações efetuadas em dinheiro vivo, que ocorreram à margem do rastreamento dos órgãos públicos.

Durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão foram comprovadas várias denúncias recebidas pelo MPPE, como a existência de veículos de luxo, embarcações e duas casas de praia utilizadas por Vado da Farmácia, mas registrados em nomes de terceiros. Já na casa do ex-secre-

tário Paulino da Silva Neto foram encontrados quase R\$1,1 milhão de reais em espécie, um forte indício de lavagem de dinheiro.

Para a promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Cabo, Alice Moraes, os indícios e informações coletados com a realização da operação vão permitir que o MPPE aprofunde as investigações, de modo a tomar as medidas necessárias para tentar reaver os recursos públicos e responsabilizar penalmente os responsáveis. "Obtivemos, com o apoio do Judiciário, o bloqueio dos bens de cinco pessoas. Essa medida é relevante para podermos, após uma eventual condenação, devolver ao município do Cabo de Santo Agostinho os valores que foram desviados", explicou.

Segundo a delegada Patrícia Domingos, da Delegacia de Polícia de Crimes contra a Administração e Serviços Públicos, as irregularidades foram identificadas na celebração de contratos com oito empresas.

A primeira delas é a empresa Casa de Farinha, que havia sido contratada para fornecer alimentos a três secretarias municipais, dentre elas a de Educação, no valor total de R\$ 29 milhões. O TCE identificou, em auditoria, que a empresa não estava entregando a quantidade de alimentos contratada e que, em vários casos, os produtos estavam

estragados ou sem condições de serem consumidos. “Infelizmente, a merenda que deveria ser servida aos alunos se transformou em jet ski, carro esportivo e casa de praia para o ex-prefeito. Essas crianças estavam passando fome na escola para que esse grupo criminoso tivesse ganhos financeiros”, alertou a delegada.

“Em investigações da Promotoria do Patrimônio Público e do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que precederam o inquérito policial, foram constatadas irregularidades sérias em diversos procedimentos licitatórios e contratos firmados pela Prefeitura do Cabo. Esses indícios de práticas criminosas apontam que os acusados lesaram o erário municipal, acarretando em enriquecimento desproporcional e criminoso dos agentes políticos”, sustenta o MPPE, no texto da denúncia criminal.

As irregularidades levantadas pelo MPPE, Tribunal de Contas e Polícia Civil incluem diversas fraudes em licitação e contratos firmados pela Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho.

O primeiro caso é a contratação da empresa Casa de Farinha, com a finalidade de fornecer alimentação para programas sociais, escolas e hospitais públicos. O TCE apontou que a contratada recebeu para fornecer alimentos em escolas que não possuíam alunos de ensino fundamental e apresentou notas fiscais em desacordo com a quantidade de alimento efetivamente fornecida.

“Os auditores do TCE identificaram inconsistências nas planilhas de formação de preços e concessão de reajustes contratuais em valores inconsistentes, o que é um forte indicativo de que as planilhas de custo foram elaboradas não para formar o preço unitário de cada refeição, mas para tentar justificar o preço já contratado, de modo a se enquadrarem no valor final. As condutas descritas configuram, em tese, crimes de superfaturamento ou fraude à licitação”, argumenta a Promotoria de Justiça do Cabo de Santo Agostinho.

Outro caso de destaque diz respeito à contratação da empresa C.A. Construções Civis Ltda, que venceu cinco processos licitatórios sendo a única concorrente e um sexto disputando com apenas uma empresa. De acordo com o que foi apurado, houve direcionamento das concorrências, com a imposição de regras de exigência técnica sem fundamentação com o objetivo de permitir que apenas essa empresa fosse habilitada. Uma vez contratada, a C.A. Construções Civis Ltda realizou obras su-

perfuradas em escolas públicas e na pavimentação e drenagem de ruas. Também foram apontados pagamentos pela manutenção de prédios da Secretaria de Saúde cujos boletins de medição não condiziam com as obras efetivamente executadas.

Outra irregularidade se deu na contratação da Gráfica A Única para fornecimento de kits de material escolar. Segundo apontou Alice Morais, os kits foram entregues aos estudantes incompletos e, em muitos casos, não eram compatíveis com a faixa etária dos destinatários. O prejuízo estimado somente nesse contrato foi da ordem de R\$ 1 milhão. Já a empresa Amando Vidas teria recebido R\$ 200 mil para a gravação de CD e DVD do cantor André Valadão. Apesar do aporte financeiro, a delegada Patrícia Domingos aponta que o município não teve nenhum ganho financeiro, tendo o pagamento sido caracterizado como um “patrocínio com recursos públicos em benefício de um particular”.

Além disso, os serviços automotivos contratados pela Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho junto à empresa Ágil Peças também foram apontados como fraudulentos. Segundo depoimentos obtidos pela Polícia Civil, os veículos da Secretaria de Saúde eram levados à oficina e retornavam com os mesmos defeitos. Uma ambulância chegou a ficar um ano parada no estabelecimento e, quando foi devolvida ao município, não possuía motor e algumas outras peças, que eram usadas para reparar as demais ambulâncias.

Por fim, também foram registradas práticas criminosas na contratação da empresa Bagaço Design Ltda (prejuízo de R\$ 1 milhão); da Trade Soluções Educacionais Ltda (prejuízo de R\$ 2,5 milhões); Novanet Terceirização de Serviços Ltda.

Já em relação à lavagem de dinheiro, foram identificadas movimentações ocultas de valores para aquisição de uma casa e três lotes em condomínios de Gravatá, seis lotes em Gaibú (Cabo de Santo Agostinho), quatro apartamentos em Piedade (Jaboatão dos Guararapes), quatro lotes na Praia dos Carneiros (Tamandaré) e dois quadriciclos. Em todos os casos, Vado da Farmácia e Paulino Valério registraram os bens em nome de terceiros.



“Obtivemos, com o apoio do Judiciário, o bloqueio dos bens de cinco pessoas. Essa medida é relevante para podermos, após uma eventual condenação, devolver ao município do Cabo de Santo Agostinho os valores que foram desviados”



Encontro tratou das estruturas do MP e de como planejar melhorias para defender os interesses da sociedade brasileira

## MPPE sediou quinta edição do Encontro Nacional do Ministério Público

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) sediou a quinta edição do Encontro Nacional do Ministério Público, evento que teve como tema central “Ministério Público: Pensamento Crítico e Práticas Transformadoras”. A abertura oficial contou com mesa de abertura composta pelo procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, o promotor de Justiça e presidente do colégio de diretores de Escolas e Centros de Estudos dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP), Luciano Faria Brasil; a promotora de Justiça, diretora da Escola Nacional do Ministério Público (Enamp) e diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, Ana Teresa Silva de Freitas.

“Estamos passando por um momento ímpar na história do Ministério Público e precisamos preservar e fortalecer ainda mais o MP, por meio da união, refletindo sobre o seu real papel na sociedade brasileira, com foco na proteção e na melhoria da qualidade de vida do cidadão. Precisamos, ainda sim, estarmos com a ponta dos pés no presente, mas a mente sempre mirando o futuro para que possamos ser amanhã tudo aquilo que desejamos para os MPs de todo o Brasil”, disse o procurador-geral de Justiça do MPPE, Francisco Dirceu Barros. Ele destacou, ainda, a importância de trazer novos projetos para os MPs, como, por exemplo, a proposta de maior democratização do órgão e também a compreensão da importância para a sociedade do acordo de não-persecução penal.

Na conferência magna de abertura, o professor livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), Plínio de Arruda Sampaio Júnior, apresentou as principais questões em torno da globalização e da história econômica do Brasil, com destaque para a necessidade de incrementar programas que venham proporcionar a distribuição de renda, reduzindo a desigualdade social no País. Com diversos livros sobre economia e teoria do desenvolvimento, ele defende a necessidade de, antes de mais nada, realizar reformas estruturadoras como a urbana e a agrária, organizando uma política social de caráter universal. “Esses problemas abalam a vida nacional à inserção subalterna do Brasil na ordem global, processo deflagrado no início dos anos

“Estamos passando por um momento ímpar na história do Ministério Público e precisamos preservar e fortalecer ainda mais o MP, por meio da união, refletindo sobre o seu real papel na sociedade brasileira”



Foto: AMCS

**A segurança pública e o sistema prisional foram alguns dos pontos tratados no encontro, que debateu a política criminal no Brasil**

1990, consolidado no início dos anos 2000, principalmente nos últimos 15 anos”, disse ele durante o evento.

O homenageado da noite, o promotor de Justiça da cidade de Ribeirão Preto, Marcelo Goulart, recebeu premiação pela sua contribuição para a estruturação do Ministério Público contemporâneo mais combativo e socialmente atuante. Durante a abertura foi exibido um vídeo que contou a trajetória de Goulart. Diversos promotores e procuradores dos MPs brasileiros deram depoimento acerca das atitudes inspiradoras do homenageado. “Goulart é uma referência institucional e acadêmica por sua marcante atuação institucional, especialmente em temas como meio ambiente, infância e juventude e conflitos agrários. Precisamos seguir sua inspiração que apresenta a possibilidade de, diariamente, apresentarmos novas ideias com coerência, a fim de transformar e consolidar o papel dos MPs junto ao brasileiro”, completou Barros.

Segurança pública e sistema prisional foram os temas que deram a tônica em alguns debates realizados no V Encontro Nacional do Ministério Público. “Política criminal, encarceramento e criminalidade: perspectivas e desafios ao Ministério Público brasileiro

em face dos seus compromissos e atribuições constitucionais” foi o título do debate que reuniu a ouvidora do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Maria Gabriela Peixoto; a doutora em direito e professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Manuela Abath; e a promotora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Irene Cardoso.

“Vivemos uma situação de completa calamidade do sistema prisional brasileiro e precisamos pensar o papel do Ministério Público neste processo. O que fazemos para contribuir com a situação e que tipo de articulação devemos fazer para melhorar e encontrar soluções que venham gerar mais segurança para o cidadão e minorar as condições de encarceramento? É essa resposta que estamos em busca, refletindo, sempre, sobre o papel do MP”, disse o promotor de Justiça e representante do movimento Transforma MP, Fabiano Pessoa. Ele também foi o mediador do debate.

O evento discutiu, ainda, o papel do Ministério Público na sociedade e as principais implicações da sua vocação constitucional. Formaram a mesa de debate o promotor de Justiça do MP de Minas Gerais, Gregório

Assagra. Com larga experiência acadêmica, ele apresentou os principais preceitos teóricos que compõem a estrutura conceitual dos MPs. “O Ministério Público é uma garantia constitucional fundamental, sendo uma força organizativa da sociedade, comprometido com o projeto de uma sociedade justa e igualitária”, comentou ele.

A procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ludmila Reis, apresentou diversas iniciativas que envolvem a priorização da diversidade no ambiente de trabalho. “A sociedade é múltipla e diversa. O mundo do trabalho precisa refletir todos os meandros da sociedade. Nós procuramos incentivar a equidade na contratação de negros, pessoas em situação financeira vulnerável e trans. Temos que apoiar esses grupos para cumprirmos a nossa missão de ser um Ministério Público transformador de realidades”, disse Reis.

Ao longo do evento foram realizadas seis mesas temáticas e duas apresentações culturais. A organização contabilizou a participação de mais de 200 pessoas, entre profissionais dos MPs de todo o País, estudantes, professores da área e jornalistas.



**Planejar uma estrutura ampla para proteger membros e servidores é o desafio da gestão estratégica do MPPE**

## Ações para segurança institucional fazem parte da gestão estratégica do MPPE

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) estabeleceu, com a Resolução n.º 07/2018 e da Portaria PGJ n.º 1.170/2018 - atendendo a Resolução n.º 156/2016, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) - uma nova estrutura para a gestão estratégica da segurança institucional da organização. Por meio dos documentos foi criado o Comitê de Segurança Institucional (CSI), tendo como presidente a promotora de Justiça e assessora técnica da Procuradoria-geral de Justiça (PGJ), Selma Magda Pereira Barbosa Barreto; o Subcomitê de Política de Segurança Institucional (SubCPSI), com presidência do secretário-geral adjunto do MPPE, Gustavo Rodrigues de Lima; e o Subcomitê de Segurança de Pessoas (SubCSP), com presidência do procurador de Justiça e diretor da Escola Superior do MPPE (ESMP), Sílvio José Menezes Tavares.

Articulados com uma estrutura que vai pensar, elaborar e colocar em prática ações visando à proteção e salvaguarda da própria instituição e seus membros, o CSI e seus subcomitês pretendem desenvolver ações orgânicas de segurança de pessoas, materiais, instalações e informação, elaborando, ainda, cursos e palestras. “Precisamos incentivar a cultura da segurança dentro do órgão e entre os servidores a fim de que seja possível neutralizar possíveis ameaças e para atuarmos de forma preventiva e protetiva. Temos que normatizar, por exemplo os acessos aos nossos edifícios, conscientizar os servidores e membros sobre quem pode realizar o manejo de informações sobre o MPPE, entre outras ações”, disse a

presidente do CSI, Selma Pereira Barreto.

“Pretendemos com o trabalho do CSI desenvolver protocolos de atuação que permitam uma maior padronização dos procedimentos, estabelecendo, também, uma estratégia de segurança de tecnologia da informação”, disse subprocuradora para assuntos institucionais, Lúcia de Assis, à época.

Foi elaborada pela Assessoria Ministerial de Segurança Institucional (AMSI), a minuta do Plano de Segurança Institucional do MPPE, documentos que consolidam e norteiam os processos e procedimentos de segurança da organização. “Neste documento, que está em etapa de finalização,

“Precisamos incentivar a cultura da segurança dentro do órgão e entre os servidores a fim de que seja possível neutralizar possíveis ameaças e para atuarmos de forma preventiva e protetiva”

estamos integrando ações de planejamento e execução das atividades de segurança institucional no MP, bem como garantir o pleno exercício de suas atividades. Lá estão postuladas diretrizes que orientarão a tomada de decisões, elaboração de normas, processos, práticas, procedimentos e técnicas de segurança institucional no âmbito do MPPE”, disse o assessor ministerial de Segurança Institucional, o coronel da Polícia Militar, Denys

Lima.

Entre o planejamento de atividades a serem desempenhadas pelo CSI está o mapeamento da gestão de riscos, a disponibilização de atendimento aos procuradores, promotores e servidores; implantação de uma estrutura física para abrigar a área estratégica de segurança; e também a avaliação da necessidade de aquisições de materiais e equipamentos. “Já concluímos uma licitação para

estabelecermos a vigilância eletrônica com câmeras em nossas unidades e nos próximos dias vamos iniciar a execução das instalações”, afirmou Lúcia. Também encontra-se em fase de licitação a aquisição de um sistema de controle de acesso (catracas) para os Edf. Roberto Lyra e Paulo Cavalcanti e, também, a aquisição de solução de controle de acesso para as 95 Promotorias de Justiça localizadas nos fóruns.



Foto: AMCS

O procurador-geral do MPPE, Francisco Dirceu Barros, e o presidente do TJPE, Adalberto de Oliveira Melo

## Parceria com o TJPE para reforçar a segurança institucional

A fim de aprimorar a estrutura da segurança institucional das 95 Promotorias de Justiça localizadas nos Fóruns de todo o Estado, o Procurador-Geral de Justiça (PGJ), Francisco Dirceu Barros, realizou reunião com o presidente do Tribunal de Justiça (TJPE), o desembargador Adalberto de Oliveira Melo. Na ocasião foi apresentado um diagnóstico da segurança pelas Assessorias de Segurança do MPPE

e do TJPE para minimizar possíveis situações de risco à que estão expostos os juízes, promotores, servidores das instituições e a comunidade.

No encontro, o PGJ destacou a preocupação com a segurança das áreas, das instalações, dos servidores e membros do MPPE, bem como dos cidadãos que procuram as unidades do MPPE. “Garantir

a segurança institucional nas sedes das Promotorias de Justiça, bem como a segurança pessoal, em casos específicos, é um dos nossos objetivos estratégicos, pois é imprescindível atentar para as situações de ameaça e risco pessoal que podem ser produzidas pela própria atuação dos nossos membros e servidores, em decorrência das atribuições do Ministério Público”, disse Barros.



Diante de um mundo totalmente conectado, a proposta do MPLabs é estudar e criar ferramentas que facilitem e modernizem os serviços do MPPE

# O futuro se faz presente no MPPE com o MPLabs

Soluções criativas e práticas para tornar o acesso da população ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) cada vez mais rápido, fácil e direto foram sugeridas pelos próprios integrantes da Instituição ao final da primeira oficina de inovação do Laboratório de Inovação Tecnológica e Negócios do MPPE (MPLabs), que é uma experiência inovadora, impulsionada pela Procuradoria-Geral de Justiça e pela Coordenadoria Ministerial de Tecnologia de Informação, dentro do espectro de ações da gestão estratégica. Em fevereiro, no Porto Digital, integrantes do MPPE viveram três dias de imersão em conceitos, processos e métodos que deixarão marcas para o futuro: um Ministério Público que se adapta à era digital na velocidade que as mudanças tecnológicas e de comportamento exigem.

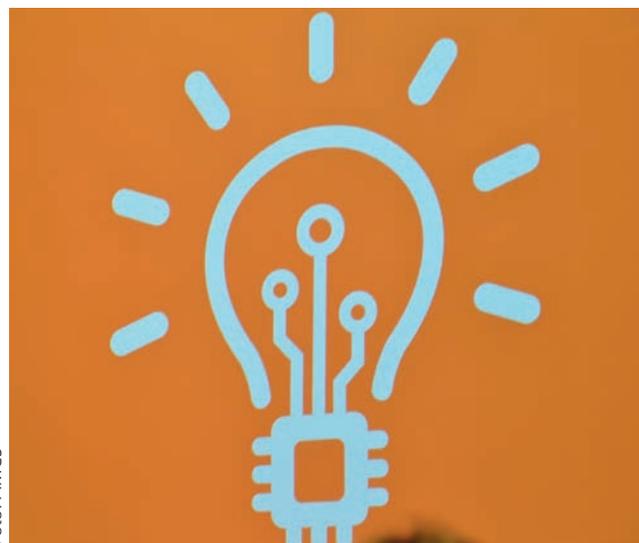
O procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, faz uma análise de como a sociedade tem mudado rapidamente ao longo dos últimos anos. “As demandas sociais exigem que uma instituição como a nossa esteja preparada para atendê-las de maneira mais rápida e com mais eficiência. É um desafio para o Ministério Público de Pernambuco: quebrar paradigmas, fazendo com que a gente sente e olhe para o futuro”, disse Francisco Dirceu Barros.

Durante as oficinas, foram discutidas plataformas e aplicativos para facilitar o cotidiano dos que fazem o MPPE e, por consequência, a vida do povo pernambucano. Os participantes pensaram em todos os passos para a produção e difusão de plata-

formas e aplicativos que, sim, poderão ser desenvolvidos pela Coordenação Ministerial de Tecnologia da Informação (CMTI) ou com a colaboração de parceiros, a exemplo do próprio Porto Digital e de empresas da área tecnológica.

“O Ministério Público de Pernambuco quer se aproximar da sociedade, ao se apropriar dos avanços tecnológicos amplamente utilizados pela sociedade tanto para se aproximar quanto para melhor responder suas demandas crescentes. O foco é a utilização das ferramentas de últimas tecnologias à disposição do mundo digital para potencializar a entrega de serviços à sociedade. Nessa construção convidamos os atores (membros e servidores) a pensar

“As demandas sociais exigem que uma instituição como a nossa esteja preparada para atendê-las de maneira mais rápida e com mais eficiência. É um desafio para o Ministério Público de Pernambuco: quebrar paradigmas, fazendo com que a gente sente e olhe para o futuro”



em conjunto, que aplicações otimizariam suas atribuições”, avaliou o presidente do Comitê Estratégico de Tecnologia e Informação, o promotor de Justiça Antônio Roemberg.

Na visão do coordenador da CMTI, Evisson Lucena, o mais importante foi o despertar de uma consciência de que o momento exige da instituição o mergulho em uma nova forma de atuação. “Seremos capazes de ter um conjunto de projetos que vai levar o MPPE a ser mais conectado com a sociedade”, afirmou Lucena. Opinião semelhante tem o secretário-geral do MPPE, Alexandre Bezerra. “A sociedade precisa disso e o Ministério Público está buscando essa inovação, como ferramenta de gestão estratégica”, destacou Bezerra.

O evento contou com palestras como a de Teco Sodré, pernambucano que é CEO da Ikewai Participações e Empreendimentos. Sodré apresentou exemplos de como o mundo está cada vez mais digital e salientou que a velocidade com que as mudanças ocorrem no dia a dia das pessoas impacta de maneira evidente no atendimento às demandas que a sociedade apresenta às instituições. Já o diretor do escritório de ad-

vocacia Urbano Vitalino Paulo Cristiano Sobral, falou sobre a experiência da empresa na adaptação da ferramenta de inteligência artificial Watson, da IBM, que, na versão local, responde pelo nome de Carol. Segundo Sobral, a utilização desse expediente tem sido um sucesso, com resultados que superam a experiência humana em alguns procedimentos. O arquiteto de soluções da IBM Brasil, Márcio Saeger, apresentou o uso da inteligência artificial nas mais diversas áreas, como saúde, educação, artes e finanças, onde a ferramenta não é mais uma promessa para o futuro, mas uma realidade em constante evolução.

O analista ministerial e integrante do MPLabs, Roberto Arteiro, revela que o MPLabs trouxe a reflexão sobre como as instituições precisam se reinventar para acompanhar o mundo conectado em que vivemos. “A sociedade que a gente atende hoje é completamente diferente da que conhecíamos. E nossa instituição tem que estar apta a interagir com esse público. Mas como pensar em inovação para um MP que visa atender a essa sociedade? Estamos buscando implementar uma lógica diferente, pensando de maneira prática e produzindo soluções para nossos desafios. A proposta

é ter momentos como este, para criar plataformas inteligentes que nos permitam aumentar nossa capacidade de trabalho”, detalhou Arteiro.

“O Ministério Público de Pernambuco quer se aproximar da sociedade, ao se apropriar dos avanços tecnológicos amplamente utilizados pela sociedade tanto para se aproximar quanto para melhor responder suas demandas crescentes”



**Portaria Conjunta foi assinada pelo procurador-Geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros (direita) e pelo procurador Regional Eleitoral, Francisco Machado Teixeira (esquerda)**

## MPPE firma parceria com MPF para realizar fiscalização das eleições 2018

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Regional Eleitoral, assinaram a Portaria Conjunta nº 001/2018 que tem o objetivo de disciplinar a participação efetiva dos promotores eleitorais e tornar mais eficiente a fiscalização das eleições de 2018. A assinatura foi feita pelo procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, e o procurador regional eleitoral de Pernambuco, Francisco Machado Teixeira.

“Nós fizemos hoje uma coisa inédita, que foi regulamentar, de forma didática e bem efetiva, todo o trabalho dos promotores eleitorais durante as eleições federais e estaduais. Embora eles não possam ajuizar ações para estas eleições, será possível fiscalizar as campanhas, investigar a prática e ilícitos, além de apurar atos relacionados à infração eleitoral. Os promotores também podem representar aos juízes eleitorais de suas respectivas zonas eleitorais para que exerçam o poder de polícia da Justiça Eleitoral e adotem providências para impedir ou fazer cessar a prática de infrações eleitorais, inclusive propaganda irregular”, disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Ainda segundo ele, a integração entre os dois órgãos é questão de primeira ordem para que seja possível promover a plena fis-

calização das eleições. “Com essa atuação conjunta, poderemos exercer a fiscalização com mais efetividade e abrangência com dedicação exclusiva dos promotores eleitorais à questão das eleições”, completou Barros. O documento também atende a uma recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que prevê a atuação harmoniosa e integrada do MPF e dos promotores de Justiça que atuam em matéria eleitoral.

As atividades de fiscalização eleitoral são coordenadas pelo procurador regional eleitoral, que é membro do MPF. Ele chefia a Procuradoria Regional Eleitoral, que atua perante o Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Também compõem o MP Eleitoral e os promotores eleitorais, que são membros do Ministério Público de Pernambuco designados para atuar nessa área. “Vamos aproveitar a

oportunidade para repassar para os promotores a necessidade dessa atuação conjunta, porque se trata de uma eleição bastante abrangente. Sem o trabalho local dos promotores em suas comarcas fica muito difícil acompanhar todo o processo eleitoral e manter a lisura do pleito e a participação isonômica de todos os candidatos”, ressaltou o procurador regional eleitoral, Francisco Machado Teixeira.

Nas eleições municipais, as ações têm início com os promotores eleitorais – que atuam perante os juízes eleitorais – e só têm participação da Procuradoria Regional Eleitoral – que atua perante o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) – em caso de recursos. Nas eleições gerais, como a deste ano, as ações começam a tramitar já no TRE e, por isso, a atuação dos promotores eleitorais tem sido, historicamente, mais restrita.

# O voto nulo e a consciência da cidadania



Foto: AMCS

**Francisco Dirceu Barros, procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco**

Em toda eleição, circula na internet um e-mail despolitizado e perigoso para o regime democrático. É uma convocação para o povo votar nulo: “Todos são corruptos, vamos votar nulo e as eleições serão anuladas”.

Na realidade, tecnicamente não existe “voto nulo”. Por quê? Para José Afonso da Silva, o voto é o “ato político que materializa, na prática, o direito público subjetivo de sufrágio”, ou seja, voto é processo de escolha. Portanto, quando a opção é pelo voto nulo ou branco não há tecnicamente voto, pois não houve escolha e, então, não pode causar nulidade de uma eleição por um motivo simples: na eleição majoritária e na proporcional, o número de votos válidos não é aferido sobre o total de votos apurados. Leva-se em consideração tão somente o percentual de votos dados aos candidatos, excluindo-se os votos nulos e os brancos.

Entendo que o voto, por si só, não é obrigatório. Se fosse, o eleitor não poderia anular sua manifestação de vontade política. As manifestações “nula” e a “em branco” não podem ser consideradas “voto” em sentido técnico, pois não são aproveitadas, nem no sistema majoritário, nem no proporcional. “O que é obrigatório” é o comparecimento do eleitor no dia da eleição.

Nossa lei eleitoral é clara: na majoritária, será considerado eleito o candidato que ob-

tiver a maioria absoluta de votos, não computados brancos e nulos. Na proporcional, determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior. Mas se a nulidade atingir a mais de metade dos votos? Haverá ou não nova eleição?

Se a nulidade atingir a mais de metade dos votos do País nas eleições presidenciais, do Estado nas eleições federais e estaduais ou do município nas eleições municipais, serão julgadas prejudicadas as demais votações e o tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 20 a 40 dias.

“Então vamos votar nulo para haver nova eleição!!!!” Não é possível anular eleição com as opções “nulo” e “branco”. Devemos ter consciência que, na democracia, o povo, com mais ou menos perfeição, governa-se a si mesmo e decide o seu destino. Faz-se representar, porque o povo é muito numeroso e o instrumento de representação é o voto. Sempre considerarei a manifestação nula como um fator alienante. Não deve ser encarada como um protesto de pessoas politizadas, afinal, só serve para manter o status quo dos que estão no poder. Portanto, por mais que você esteja decepcionado com os políticos brasileiros, “vote”, e se você se decepcionar,

vote novamente: sempre deve haver uma alternativa melhor.

Os “intelectuais” do voto nulo esquecem de Maquiavel: na política quem não toma partido é dominado pela política dos que a tomam e manter-se inerte diante da injustiça é escolher o lado do opressor. A intelectualidade opressora transmite ao povo diversas pobreza: a de espírito, com a estratégia “todos são assim e nada vai mudar”; a material, com a estratégia “pobre é ser um pedinte, necessitado e facilmente comprado”; e intelectual, com a estratégia “quanto mais analfabetos menos politização e mais votos adestrados”.

Só existe uma solução: começar a gostar de política, debater como pode melhorar o país, votar consciente e nunca desistir de construir uma rica nação cidadã. Porque, se você vota “nulo”, alguém vota no corrupto. Sua manifestação não tem efeito, pois o corrupto é eleito. Só há um método de protesto válido e que causa efeito: votar consciente e excluir do processo eleitoral os corruptos? O voto consciente, eis a grande vacina contra a epidemia da corrupção, afinal, como escreveu Rousseau: “Uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém”.

**Respeito ao  
assento  
preferencial.**

**Não é favor.  
É dever.**

Saiba onde nos encontrar

• [www.mppe.mp.br](http://www.mppe.mp.br) • [facebook.com/MPPEoficial](https://facebook.com/MPPEoficial)  
• Ouvidoria do MPPE: (81) 3182.6776

• Na Capital: Rua do Imperador, 473, Santo Antônio, Recife - PE  
• Demais localidades: procure a Promotoria de Justiça da sua cidade.

# COMPROMISSO COM A CIDADANIA

Nós que fazemos o Ministério Público de Pernambuco temos um compromisso com a cidadania. Para promover a justiça social, nossos servidores, promotores e procuradores de Justiça atuam em diversas áreas como saúde, educação, no combate à violência e à corrupção, em defesa da infância, juventude e das pessoas idosas.

Acompanhe o trabalho do MPPE e saiba como atuamos todos os dias para que os direitos da população sejam respeitados.